

UO: 24.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL**PROGRAMA TEMÁTICO:****6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****OBJETIVO GERAL:**

Promover a defesa e garantia dos direitos humanos assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – CIDADANIA CARCERÁRIA: Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:**24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP**

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6211	4	1	Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	24101	300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	209	175		
6211	4	2	Criar 1.000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2019 (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	1.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	1.400		
6211	4	3	Reducir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de	24101	1,50	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	-	X	X	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
			Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)										
6211	4	4	Disponibilizar até 6.000 tornozeleiras até o ano de 2019; (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	6.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	48	6.000		
6211	4	7	Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário. (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	24101	12.299	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	7.496	7.395	7.395		

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

1. Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)

2016

Concurso em andamento conforme Edital Nº 1 – SEAP-SSP, de 12 de dezembro de 2014. Todas as informações do Curso de Formação Profissional serão divulgadas no seguinte site do Instituto Brasil de Educação (IBRAE), opção concursos em andamento: www.ibrae.com.br.

2017

Meta parcialmente atingida. O edital de concurso público para provimento dos cargos de Agende Atividades Penitenciárias foi publicado no dia 12 de dezembro de 2014. O resultado final, com a divulgação dos aprovados, foi publicado no DODF, em 06 de novembro de 2017.

Desde a homologação do concurso, já foram nomeados 209 (duzentos e nove) candidatos.

2018

Meta atingida. Foram nomeados mais 175 servidores da carreira de Atividades Penitenciárias no período de janeiro a outubro de 2018, conforme previsão para o período.

2. Criar 1.000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2019 (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

Meta não atingida. Em que pese a meta ter estipulado um marco temporal para ser realizada - ano de 2016 - cumpre destacar que durante os anos de 2015 e 2016, devido à grave crise financeira que assolou os Estados da Federação, o Distrito Federal atingiu o limite prudencial de gastos públicos com despesa de pessoal, o que impossibilitou o acréscimo de cargos ao quadro de servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias. No entanto, o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017, apontou a redução do percentual dos gastos do Distrito Federal e a sua saída do limite prudencial. Diante disso, as tratativas referentes à criação de 1.400 (hum mil e quatrocentas) vagas para a Carreira de Atividades Penitenciária foram retomadas, conforme demonstra o processo SEI nº 0050-001110/2017; o qual trata da minuta do projeto de lei para ampliação do supracitado quadro de 1.600 (hum mil e seiscentos) para 3000 (três mil) cargos.

2018

Meta atingida. Foram criadas no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, 1.400 cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Atividades Penitenciárias, por meio da Lei nº 6.167 de 03 de julho de 2018. Publicada no DODF nº 125 de 04/07/2018.

3. Reduzir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

A referida meta encontra-se em análise por esta Secretaria de Segurança Pública e passará por alterações durante a Avaliação do PPA, visto que atualmente não existem mecanismos eficazes para a sua mensuração, uma vez que a redução do reingresso no sistema penitenciário envolve todo o sistema de execução penal.

Pela SSP, há duas iniciativas em andamento, sendo a primeira em execução desde setembro de 2017, com a implantação da Central Integrada de Monitoração Eletrônica, como uma medida alternativa à pena por meio da utilização de tornozeleiras eletrônicas. A segunda é a Central de Alternativas Penais, fruto do convênio nº 823.776/2015 – DEPEN/MJ e que está em processo de implantação.

É importante destacar os benefícios trazidos pela implementação dos trâmites das Audiências de Custódia, projeto que possibilita que, durante a audiência, o juiz analise a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. Ou seja, proporcionam agilidade aos procedimentos com relação aos presos, promoção da justiça e economia de recursos públicos ao serem criadas alternativas à detenção. Tal processo favorece a redução de reingressos no Sistema Penitenciário uma vez que o juiz pode dispor de medidas como a concessão de liberdade provisória, substituição da prisão em flagrante por medidas cautelares diversas, análise da consideração do cabimento da medição penal, evitando a judicialização do conflito; corroborando com práticas restaurativas e outros encaminhamentos de natureza assistencial. Dessa forma, previnem-se os ciclos de violência, de criminalidade e de encarceramento, quando possibilitam ao juiz analisar se está diante da prisão de um criminoso ocasional ou daqueles envolvidos em facções criminosas.

2018

Meta excluída conforme Decreto 39.461/2018, publicado no DODF Nº 218, de 16 de novembro de 2018, que altera informações gerenciais e atributos dos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

4. Disponibilizar até 6.000 tornozeleiras até o ano de 2019; (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Contratação do serviço em andamento -. Convênio nº 812.110/2014-DEPEN. A SSPDF informa, com fulcro no inciso IX do Artigo 11, do Decreto nº 5.450/2005, a Adjudicação do objeto do certame com empresa contratada, no valor unitário de R\$ 161,92 por dispositivo/mês; total mensal R\$ 971.520,00 por 6.000 dispositivos/mês; total anual de R\$ 11.658.240,00 para 6.000 dispositivos/12 meses. Informa ainda a Homologação do certame com fulcro no inciso VI, do Artigo 8º, do Decreto nº 5.450/2005.

2017

Meta parcialmente atingida. O monitoramento eletrônico, através do uso de tornozeleiras, fortalece o sistema de execução penal e cumpre uma função ressocializadora ao permitir que o apenado tenha acesso a uma medida cautelar diversa da prisão. Amparada por esses preceitos, a Secretaria de Segurança Pública instruiu, em 2016, processo nº 050.000.511/2016, com o objetivo de realizar um registro de preços para o serviço de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas vinculadas a procedimentos judiciais, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.

Após a realização de estudos que objetivaram especificar os serviços que se adequariam ao Sistema Penitenciário de Brasília, elaboração de fluxos de trabalho e a conclusão dos trâmites licitatórios, houve a inauguração, no dia 04 de setembro de 2017, da Central Integrada de Monitoração Eletrônica. Desde a sua inauguração, até o dia 31/12/2017, a Central já monitorou 48 (quarenta e oito) apenados, sendo 35 (trinta e cinco) de medidas cautelares e 7 (sete) de decisões da VEP e 06 (seis) da VEPERA.

O contrato celebrado prevê a possibilidade de instalação de até 6.000 (seis mil) tornozeleiras que serão instaladas a partir das decisões expedidas pelo Poder Judiciário. Dessa forma, é importante ratificar que o número de tornozeleiras instaladas é uma meta que depende substancialmente dos trâmites judiciais, e diante disso, esta SSP proporá, no momento de Avaliação do PPA, ajustes nesta meta a fim de adequá-la ao contexto de execução penal. Diante desse contexto, cumpre informar que esta Secretaria, no momento de Avaliação do Plano Plurianual, proporá a modificação da meta para “Disponibilizar 6.000 (seis mil) tornozeleiras até 2019”.

2018

Meta revisada (e atingida) conforme Decreto 39.461/2018, publicado no DODF Nº 218, de 16 de novembro de 2018, que altera informações gerenciais e atributos dos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019. Em 2018 o Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME, unidade integrante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, realizou a monitoração de 700 detentos. O contrato celebrado prevê a possibilidade de instalação de até 6.000 (seis mil) tornozeleiras que serão instaladas a partir das decisões expedidas pelo Poder Judiciário. Dessa forma, é importante ratificar que o número de tornozeleiras instaladas é uma meta que depende substancialmente dos trâmites judiciaários.

7. Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário. (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)

2016

Meta não atingida.

2017

Meta parcialmente atingida. Durante o exercício de 2016, foram inauguradas 800 (oitocentas) novas vagas para o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, sendo 400 (quatrocentas) no Centro de Detenção Provisória e 400 (quatrocentas) na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. A referida ampliação ocasionou uma diminuição no déficit do número de vagas e proporcionou um fortalecimento das normas de segurança prisional. Ademais, promoveu uma condição mais digna para os presos, a ampliação dos espaços, uma melhor condição de ventilação das celas e a modernização da estrutura.

Além disso, o Convênio nº 787683 (SICONV), celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, cujo objeto é a construção de mais quatro blocos no Complexo Penitenciário, proporcionará, mais 3.200 (três mil e duzentas) vagas.

No entanto, é importante destacar que com a transferência da Subsecretaria do Sistema Penitenciário para a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), nos termos do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, o supracitado convênio estava sendo executado pela SEJUS. No decorrer da execução do Contrato algumas contrariedades foram enfrentadas pelo órgão gestor e a empresa, o que ocasionou na paralisação da obra, já com 58,61%. Diante desse contexto, considerando o retorno da Subsecretaria do Sistema Penitenciário e a importância da conclusão da referida obra e seus benefícios ao Complexo da Papuda, foi executada a sub-rogação do Convênio para esta Secretaria de Estado de Segurança Pública em 29/12/2017 (DOU nº 4, de 05/01/2018, p. 57), a fim de que a obra possa ser retomada o mais breve possível.

Ainda como demonstração dos esforços para aumentar o número de vagas no Sistema Penitenciário, no dia 16 de novembro de 2017, através da Portaria nº 102, esta Secretaria descentralizou recursos orçamentários para que a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) possa elaborar os projetos executivos e complementares para a construção de mais uma unidade no Complexo Penitenciário da Papuda, a Penitenciária do Distrito Federal III (PDFIII).

2018

Meta parcialmente atingida. É importante destacar que, com a transferência da Subsecretaria do Sistema Penitenciário para a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), nos termos do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, o supracitado convênio estava sendo executado pela SEJUS. No decorrer da execução do Contrato algumas intercorrências foram enfrentadas pelo órgão gestor e a empresa, o que ocasionou na paralisação da obra, já com 58,61%. Diante desse contexto, considerando o retorno da Subsecretaria do Sistema Penitenciário e a importância da conclusão da referida obra e seus benefícios ao Complexo da Papuda, foi executada a sub-rogação do Convênio para esta Secretaria de Estado de Segurança Pública em 29/12/2017 (DOU nº 4, de 05/01/2018, p. 57), a fim de que a obra possa ser retomada o mais breve possível.

Ao longo de 2018 a SSPDF desenvolveu uma série de ações com vistas a execução do remanescente da Obra de Construção de 4 (quatro) Centros de Detenção Provisória no Setor C, Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, km 1,2, São Sebastião/DF, composta dos seguintes itens: 2 (dois) Módulos de Recepção e Revista; 2 (dois) Módulos de Administração; Dois Módulos de Saúde; 16 (dezesseis) Módulos de Vivência; 5 (cinco) Guaritas; 4 (quatro) Reservatórios de água; Urbanização e Infraestrutura (Implantação). Sendo o Extrato do Contrato de Execução da Obra pelo Distrito Federal Nº 22/2019 publicado no DODF Nº 64, 4 de abril de 2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções.

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1545	Média dos Presos assistidos nos estabelecimentos penais (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	14.350	31/jul/15	ANUAL	16.751	15.000	18.541	15.753	20.482	-	22.572	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
1759	Presos em Atividade Laboral – Trabalho Interno (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA	2.025	31/set/2017	ANUAL	-	-	-	-	2.126	1.818	2.232	SESIPE/ SSP / OE 4

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1760	Presos em Atividade Laboral – Trabalho Externo (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA	2.251	31/set/2017	ANUAL	-	-	-	-	2.363	858	2.481	SESIPE/ SSP / OE 4
1761	Presos em Escolarização (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA	1.268	31/set/2017	ANUAL	-	-	-	-	1.331	2.239	1.397	SESIPE/ SSP / OE 4
1762	Presos Capacitadas por meio de Oficinas (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA	219	31/set/2017	ANUAL	-	-	-	-	229	09	240	SESIPE/ SSP / OE 4

Justificativas

Indicador 1545

2016

Devido ao aumento de 4,93% na população carcerária do Distrito Federal em 2016, resultou no aumento do Déficit de vagas no Sistema Penitenciário em 7504 vagas.

2017

Devido ao aumento de 5,02% na população carcerária do Distrito Federal em 2017, resultou no déficit de 8.358 vagas no Sistema Penitenciário.

Indicador 1759

2018

O indicador em comento foi prejudicado pelo baixo número de custodiados que laboraram nas oficinas.

Indicador 1760

2018

A FUNAP empregou 470 (quatrocentos e setenta) sentenciados, por enquanto que empresas privadas contrataram 388 (trezentos e oitenta e oito) presos, totalizando 858 (oitocentos e cinquenta e oito) custodiados com trabalho externo autorizado e efetivo. Um fator determinante para o não alcance do índice foi o número limitado de servidores.

Indicador 1761

2018

O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento do trabalho desenvolvido pela FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP.

Indicador 1762

2018

Meta superestimada e entraves na implementação de oficinas pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso -FUNAP.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

2016/2017

SSP

O Objetivo Específico “Cidadania Carcerária: promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio a reinserção no mercado de trabalho”, fundamenta-se na implementação de políticas públicas voltadas ao combate da superlotação dos presídios, do déficit de servidores e na dificuldade em proceder a ressocialização dos presos, reintegrando-os a sociedade de tal forma que se evite a reincidência na prática de novos crimes. O primordial e indispensável é a assistência de todos os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal por meio do fornecimento de condições básicas, tais como: alimentação, saúde e educação.

Para sanar o grave problema de superlotação carcerária e visando a manutenção e aperfeiçoamento da segurança nos presídios, em 2016, foram implementadas ações para a redução no déficit de vagas no Complexo Penitenciário do DF através da construção de novas vagas que proporcionam aos internos uma vida digna enquanto privados de sua liberdade.

Visando facilitar o andamento das atividades, a implantação de tecnologias como as tornozeleiras eletrônicas, facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Para promover e administrar a custódia dos presos com segurança e dignidade faz-se necessária a adoção de medidas de educação e cultura que viabilizem um alto número de pessoas reintegradas a sociedade, reduzindo assim o reingresso no Sistema Prisional. Para tanto, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP tem por principais objetivos, promover a ressocialização da população carcerária, em regime aberto, semiaberto e na condicional; defender os direitos sociais e apoiar com ações assistenciais a família do sentenciado; oportunizar a qualificação educacional e profissional do sentenciado, com intermediação junto à iniciativa privada e órgãos públicos, para ampliar as oportunidades de trabalho.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, em que se destaca: I) conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); II) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal; e III) execução de 42% da construção dos Centros de Detenção Provisória

– CDP's 1, 2, 3 e 4; e licitação do Serviço de Monitoração e Rastreamento Eletrônico de Pessoas vinculadas a procedimentos judiciais no TJDF, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.

Em 2017, visando facilitar o andamento das atividades, a SSP/DF inaugurou a Central Integrada de Monitoração Eletrônica (monitoração por meio tornozeiras eletrônicas) o que facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem-estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Realizações de 2017: I) conclusão da obra de um galpão com 609 m² para funcionamento de oficinas profissionalizantes; II) melhorias, adequações, reparos e manutenções no sistema hidráulico e elétrico do Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária - CPP, no Bloco I do Centro de Detenção Provisória - CDP, e na Área de Tratamento Psiquiátrico - ATP da Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF; e III) implantação do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.

2018

O Objetivo Específico “Cidadania Carcerária: promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio a reinserção no mercado de trabalho”, fundamenta-se na implementação de políticas públicas voltadas ao combate da superlotação dos presídios, do déficit de servidores e na dificuldade em proceder a ressocialização dos presos, reintegrando-os a sociedade de tal forma que se evite a reincidência na prática de novos crimes. O primordial e indispensável é a assistência de todos os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal por meio do fornecimento de condições básicas, tais como: alimentação, saúde e educação

Em 2018 com a utilização de mecanismo tecnológico como as tornozeiras eletrônicas, além de proporcionar maior eficiência do Estado pela redução do gasto per capita com custodiados do Sistema Penitenciário, contribui para a redução do déficit de vagas nas unidades prisionais, já que reduz o número de custodiados no Sistema Penitenciário; dá efetividade à fiscalização da medida cautelar e a ao controle estatal sobre essas pessoas; bem como promove a humanização da medida cautelar diversa da prisão, pois permite atender necessidades especiais relacionadas à idade, limitações físicas e psicológicas. O Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME, unidade integrante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, realizou a monitoração de 700 detentos ao longo do ano.

Ainda em 2018 foram nomeados mais 175 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias e criadas no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, 1.400 cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Atividades Penitenciárias.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:

Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METASAnálise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6217	1	1	Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		
6217	1	2	Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	.	25	75		
6217	1	3	Capacitar 230 pessoas, entre membros da comunidade e profissionais da segurança pública, na filosofia de policiamento comunitário (SSP) (item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	24101	230	PESSOA	ACUM	MAIOR, MELHOR	.	-	38		
6217	1	4	Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades); (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	.	-	100		

*Não foi possível mensurar a meta.

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

1. Reestrutar as ações e os canais de atendimento a ocorrências; (SSP)

2016

Foi publicada Portaria Conjunta Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2016. Que institui medidas emergenciais de reestruturação do funcionamento da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE, o que proporcionou o atingimento de 77,67% de chamadas atendidas em dezembro de 2016.

2017

Meta atingida. Em 2017, graças às medidas de restruturação, o Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE aumentou para 92,24% (dez/2017), ultrapassando a meta estimada de 85%; o que pode ser creditado à efetividade das alterações estruturais realizadas no ano anterior, bem como a capacitação dos atendentes e despachantes no “Curso para Atendimento e Despacho de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal/ Copom”, com carga horária de 12 h/a, organizado pela SEVAP, no período de 29 a 31 de março, nas instalações da EGOV e com certificação da SEVAP para 25 capacitados.

2018

Meta atingida. Com a criação do Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB por meio do Decreto Nº 39.227, de 10 de julho de 2018 (DODF Nº 130, DE 11 de julho de 2018), com a finalidade de promover a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal, a Central Integrada de Atendimento e Despacho - CIADE foi incorporada ao CIOB, o que permitiu melhorias na capacidade dos atendimentos emergenciais.

2. Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública; (SSP)

2016

Meta parcialmente atingida. Foram adquiridos 272 terminais de radiocomunicação digital, 100 terminais de comunicação digital tetra portátil, e 677 terminais de radiocomunicação.

2017

Meta parcialmente atingida. Durante o exercício de 2017, foi realizada a contratação de uma nova empresa especializada na execução de serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica (instalação, manutenção e certificação) com fornecimento de materiais nas redes existentes que suportam a Solução de Videomonitoramento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A Solução de Videomonitoramento proporcionará o aprimoramento da comunicação entre as Forças de Segurança Pública do Distrito Federal, uma vez que será capaz de monitorar áreas estratégicas das Regiões Administrativas do DF e permitirá a vigilância eletrônica de vários locais ao mesmo tempo com um número reduzido de operadores. A Solução de Videomonitoramento é uma ferramenta importante de reforço na segurança que permitirá visualizar, em tempo real, situações que necessitem de um controle detalhado dos acontecimentos e dimensionar a gravidade de uma ocorrência para o envio do atendimento adequado, bem como garantir o armazenamento de imagens para posterior análise, nos casos de investigação criminal. A solução permitirá, ainda, uma gestão mais eficaz dos recursos humanos disponíveis para atendimento de emergências, pois as forças de pronta resposta somente são enviadas se comprovada a necessidade.

As imagens serão capturadas por câmeras e transmitidas por meio de rede de cabos de fibra ótica a grandes distâncias das Centrais de Monitoramento Regional (CMR), localizadas em 04 (quatro) áreas do Distrito Federal e uma Central de Monitoramento Centralizada (CMC), situada na Secretaria de Segurança Pública do DF, onde permanecem armazenadas as imagens

capturadas por período determinado de tempo. As imagens também serão disponibilizadas aos profissionais da Polícia Militar e Polícia Civil, respectivamente, para diminuir o tempo de resposta de ocorrências registradas pelas câmeras e servir de banco de dados para investigação criminal dos delitos gravados.

2018

Meta atingida. A Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação - UTIC, atual Subsecretaria de Modernização Tecnológica desenvolveu o Sistema de Gestão de Eventos e Incidentes (Ex: Carnaval, Enem, 7 de setembro, etc) que consiste num Sistema Integrado de Eventos Multiagências, para utilização no Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB. O Sistema contempla as seguintes unidades: SOPI (Núcleo de eventos e CIME); SI (eventos); SESIPE (Saída Especial de Custodiado "Saidão"); SUSEC e Agências que integram o CIOB. Todas as informações sobre os eventos (DHL - Data/Hora/Local) constam no mapa do CIOB com as criticidades classificadas por cada agência integrante do sistema. Eventos planejados ou incidentais são cadastrados e acompanhados. Foi utilizada a metodologia de desenvolvimento ágil SCRUM com documentações específicas e reuniões periódicas. O Sistema se encontra em uso pelo SSP/SOPI/CIOB.

Para dar continuidade à Solução de Videomonitoramento no DF, foram contratadas empresas especializadas com previsão de entregas em duas etapas: a primeira consiste na recomposição de Fibra Ótica e a segunda a instalação das Câmeras em Depósito e Manutenção a Solução.

Para a execução da primeira etapa foi assinado em 26/12/2017 o Contrato de Prestação de Serviços nº 43/2017 com a Empresa Seal Telecom, no valor de R\$ 1.680.120,00, com vigência até 25/12/2018. Em 13/09/2018 foi publicado o extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 43/2017-SSP, no valor de R\$ 150.327,50, com vigência até 25/12/2018, perfazendo um valor total de R\$ 1.830.447,50. Das 444 câmeras previstas para a primeira etapa, 436 foram ativadas até a data de 18/12/2018.

Para a execução da segunda etapa foi publicado em 05/11/2018, aviso de adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 07/2018 para realização de Registro de Preços de Solução de Videomonitoramento, no valor de R\$ 6.098.004,98 à Empresa Avantia Tecnologia e Engenharia S/A.

3. Capacitar 230 pessoas, entre membros da comunidade e profissionais da segurança pública, na filosofia de policiamento comunitário (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta não atingida.

2017

Considerando que o cumprimento da meta de reestruturação do policiamento comunitário compete essencialmente à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), informo que, no momento da Avaliação do PPA, esta meta será renomeada para “Prover qualificação relativa ao Policiamento Comunitário”. No entanto, cumpre esboçar as principais ações desenvolvidas por esta pasta com o intuito de Reestruturar o policiamento comunitário.

Em 2017, esta SSP/DF passou por uma reestruturação orgânica, Decreto nº 38.046, a qual possibilitou a criação da Diretoria de Segurança Comunitária dentro da estrutura da Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC). Tal iniciativa fortaleceu o acompanhamento e difusão da filosofia de polícia comunitária no Distrito Federal.

As várias iniciativas de amadurecimento da política de policiamento comunitário continuaram sendo realizadas, a exemplo do Seminário Internacional para multiplicação da filosofia de Polícia Comunitária, fruto do Acordo de Cooperação Técnica Internacional para implementação do Projeto de Difusão Nacional da Polícia Comunitária no Brasil, o qual contou com palestras de profissionais da Secretaria Nacional de Segurança Pública e peritos japoneses. O Seminário foi realizado na Escola de Governo (EGOV) e reuniu os embaixadores do Japão, da Espanha, da Nicarágua e de El Salvador; além de representantes das forças de segurança, dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), líderes comunitários e profissionais do sistema de segurança pública; totalizando 176 (cento e setenta e seis) pessoas. Ademais, um policial militar do DF participou do Curso de Gestor de Polícia Comunitária - Sistema Koban, realizado em Tóquio, a fim de absorver experiências e atuar como multiplicador.

Entre os meses de julho e setembro de 2017, com o intuito de proporcionar a maior participação social nas ações de segurança pública, e propor o alinhamento de conceitos e troca de experiências, a SSPDF promoveu o curso “Promotor de Polícia Comunitária”, o qual capacitou 76 (setenta e seis) pessoas entre servidores da segurança pública e líderes comunitários das regiões administrativas do Paranoá e de Planaltina, áreas consideradas de risco.

No dia 22 de novembro de 2017, esta SSP celebrou o Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para a implementação e expansão da abordagem de justiça restaurativa no DF. A cooperação se dará, inicialmente, por meio da capacitação de servidores e comunidade na referida abordagem, a qual será realizada pelo TJDFT, e, por outro lado, haverá o encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e criminal para os projetos de prevenção da SSP. Nesse primeiro momento, será executado um projeto piloto na região administrativa de Planaltina.

Dessa forma, a Secretaria de Segurança Pública vem fomentando a adoção de práticas que fortaleçam a proposta de policiamento comunitário, com a aproximação e integração do cidadão com a polícia, a fim de romper o distanciamento entre estes atores.

2018

Meta parcialmente atingida. A SSP/DF promoveu o Curso intitulado “Segurança Comunitária” voltado para aproximação da comunidade com as Forças de Segurança Pública, englobando temáticas como direitos humanos, relações interpessoais, mediação de conflitos, mobilização social, relação entre polícia e comunidade, entre outros.

Entre os dias 14 e 22 de maio de 2018 foi realizado o Curso de Promotor de Polícia Comunitária na região administrativa da Estrutural. Além da comunidade local, a capacitação reuniu profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito e outros órgãos governamentais. As aulas foram ministradas na Administração Regional e a cerimônia de certificação realizada no Centro Especializado de Assistência Social – CREAS da Estrutural. Entre comunidade e profissionais de segurança pública, concluíram o curso 38 (trinta e oito) pessoas.

4. Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades); (SSP)

2016

Os eixos que orientam as ações do programa Viva Brasília – Pacto pela Vida, são: combate aos crimes contra a vida, como homicídios, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte; crimes contra o patrimônio, que incluem roubos a pedestres, em coletivos e em comércio; além da melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população, que refletem na qualidade de vida e na sensação de segurança.

Contudo outros fenômenos atuam diretamente para que as pessoas se sintam inseguras, e são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles problemas com som alto, falta de iluminação pública, mato e lixo acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, esta ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida. Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

2017

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir, porém a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial da Ordem Pública e Social – SEOPS. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

É importante observar as ações integradas realizadas por esta SSP e outros órgãos, visando mitigar fenômenos que impactam diretamente na sensação de insegurança da população, são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles, problemas como som alto, falta de iluminação pública, mato e lixo acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016 – a qual revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas em situação de rua, encaminhando-as a abrigos públicos.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil, o Setor Comercial Sul não registrou, entre outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio e ocorrências relativas ao uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente; tal iniciativa tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida, programa que possui como uma de suas iniciativas a divisão territorial do Distrito Federal em Áreas e Regiões integradas de segurança pública e do monitoramento através de grupos de trabalhos com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da Sociedade.

Resumidamente, a Região Integrada de Segurança Pública (RISP) consiste na instância de deliberações sobre encaminhamentos para os problemas estruturais que repercutem em mais de uma Área Integrada de Segurança Pública (AISP). Cada uma das RISPs é composta por cinco AISPs. É competência desse comitê, portanto, estabelecer e coordenar as operações integradas e diretrizes para o enfrentamento dos problemas comuns e propor soluções estruturantes a serem mobilizadas e consolidadas nos comitês de governança seguintes.

Em 2017, esta Secretaria passou a contar com a figura dos articuladores territoriais, personagens que fortaleceram o supracitado modelo de gestão, o qual preceitua a importância da mobilização da comunidade para autoproteção e resolução de problemas que geram crises, com foco na resolução de problemas geradores de crime e desordem. Assim, os articuladores

territoriais, em conjunto com os Conselhos de Segurança Comunitários (CONSEGs), trazem ao poder público as demandas de incivilidade e desordem pública da sua região, propiciando o incremento da metodologia de mapeamento desses riscos e contribuindo para o plano de intervenção estatal. Assim, a polícia assume funções que não se limitam apenas à repressão ou a atendimentos emergenciais, pois o trabalho preventivo de saneamento de desordens tende a minimizar ou, até mesmo, evitar que problemas se desdobrem em situações mais complexas e de maior perigo.

2018

Meta atingida. O Distrito Federal está dividido em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) e, mensalmente, a SSPDF por meio da Unidade de Coordenação de Políticas Públicas – UCPP participa da organização das Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e com as comunidades, que têm o objetivo de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública. Os Comitês das Áreas Integradas de Segurança Pública-CAISPs são integrados pelos chefes dos órgãos de segurança pública de cada Área Integrada de Segurança Pública (AISP): delegados-chefe da Polícia Civil; comandantes de batalhão da Polícia Militar; comandantes de grupamento militar do Corpo de Bombeiros; e diretores de policiamento do Departamento de Trânsito, bem como os presidentes de CONSEG. A coordenação do colegiado é rotativa, de forma que a cada mês uma força de segurança conduz a reunião.

As situações de desordens e incivilidades são apresentadas pela comunidade nas reuniões de CAISPs, que ocorrem no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e dos Comitês de Área Integrada de Segurança Pública e são acompanhadas pelas quatro diretorias da UCPP: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul, que priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados junto aos órgãos de segurança pública.

Já nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Atualmente, estão em funcionamento 35 CONSEGs, os quais são compostos pelo Administrador Regional; dirigentes locais das forças de segurança pública; representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER); da Agência de Fiscalização do DF (Agefis); da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social; Mulheres; Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh); Coordenação Regional de Ensino; e Conselho Tutelar.

Destacamos ainda que as desordens são mapeadas pelos Assessores Técnicos orientados pelos documentos produzidos pela SGI-SSPPS/DF acerca das manchas de calor relativas as incidências criminais no Distrito Federal. Quando esses servidores fazem a checagem da desordem já mapeada e a encontra resolvida, o fato observado é registrado no My Maps do Google, ficando com a sinaleira verde, pois as desordens mapeadas geram uma sinaleira na cor vermelha. O objetivo deste acompanhamento por parte da SSPDF é melhorar o ambiente público onde os crimes acontecem a fim de que haja um impacto positivo na redução da criminalidade e na sensação de insegurança.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções.

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1580	OPERAÇÕES DE COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL E PIRATARIA <i>(Indicador excluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	15	30/jun/15	MENSAL	40	-	40	x	40	-	40	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1
1581	OPERAÇÕES DE COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO <i>(Indicador excluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	60	30/jun/15	MENSAL	130	-	130	x	130	-	130	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1
1582	CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	%	78	31/jul/14	ANUAL	80	77,67	85	92,24	90	90,95	95	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1

Justificativas

Indicador 1580

2016

Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria: A Unidade responsável pelo Indicador Operações de Combate ao Comércio Ilegal não faz mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Indicador 1581

2016

Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo: A Unidade responsável pelo Indicadores Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria e Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo não fazem mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Indicador 1582

2016

Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

2017

Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

2018

O índice foi alcançado devido a reestruturação (física e equipamentos) da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

2016/2017

SSP

O Objetivo Específico **“Qualidade do Atendimento ao Cidadão: realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública”**, caracteriza-se pela incessante busca por parte desta Secretaria no sentido de implementar práticas que aprimoram e ampliam o acesso do cidadão aos serviços públicos de qualidade. O exercício da democracia e a preservação dos direitos e garantias inerentes têm exigido dos órgãos incumbidos de exercerem a segurança pública a adoção de modelos de gestão que ampliem a capacidade de atender, com mais eficiência, eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social em perfeita consonância com as unidades vinculadas do respectivo sistema, tem implementado ações que visam ao aprimoramento da gestão dos serviços públicos correlatos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão, bem como o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de segurança pública.

Deste modo, investimentos em modernização e ampliação de infraestrutura e equipamentos foram realizados buscando o aumento da qualidade do atendimento prestado ao cidadão. Da mesma forma, fez-se necessário o investimento contínuo em recursos humanos, por intermédio da capacitação profissional permanente.

Nesse contexto, o atual modelo é objeto de exaustivas discussões travadas com o escopo de promover a reestruturação das ações e canais de atendimento às ocorrências, ao aprimoramento dos sistemas de comunicação das forças e intensificação dos investimentos em polícia comunitária, mediação e conciliação.

Desta maneira, reconhecer o trabalho do profissional de segurança pública, através de projetos e programas de valorização que incentivem e fortaleçam as carreiras, é uma das principais estratégias para conferir eficiência às organizações da segurança, além de aperfeiçoar continuamente a qualidade dos serviços prestados à população.

Ademais, melhorar a qualidade dos serviços de segurança prestados, aproxima o cidadão do agente público e aumenta a confiança da população nas instituições de segurança pública, refletindo diretamente na satisfação com a sensação de segurança.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, em que se destaca: I) reestruturação da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; II) participação na Ação Centro Legal; III) realização da Pesquisa de Vitimização; IV) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento; e V) Ações de Valorização Profissional.

E referente a 2017: I) O Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE alcançou o patamar de 92,24% (dez/2017); II) realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa de Vitimização, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSP/DF, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial e Pesquisa de Violência nas Escolas; e III) Ações de Valorização Profissional.

2018

O Objetivo Específico “Qualidade do Atendimento ao Cidadão: realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública”, caracteriza-se pela incessante busca por parte desta Secretaria no sentido de implementar práticas que aprimoram e ampliam o acesso do cidadão aos serviços públicos de qualidade. O exercício da democracia e a preservação dos direitos e garantias inerentes têm exigido dos órgãos incumbidos de exercerem a segurança pública a adoção de modelos de gestão que ampliem a capacidade de atender, com mais eficiência, eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social em perfeita consonância com as unidades vinculadas do respectivo sistema, tem implementado ações que visam ao aprimoramento da gestão dos serviços públicos correlatos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão, bem como o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de segurança pública.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu integralmente o objetivo proposto para o exercício de 2018, em que se destaca: I) ativação de 436 câmeras do Projeto Videomonitoramento; II) capacitação de membros da comunidade e profissionais da segurança pública na filosofia de policiamento comunitário; III) realização da Pesquisa de Vitimização; IV) capacitação de 8.595 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento; e V) Ações de Valorização Profissional.

Em 2018 o Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE alcançou o patamar de 90,05% (dez/2018). Houve ainda a realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa de Vitimização, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública; Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial; Avaliação da Qualidade do Atendimento nos processos de Vistoria, Perícia de Incêndio e Análise de Projetos (CBMDF) e Monitoramento da Violência e Criminalidade nas Instituições de Ensino.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE: Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6217	2	2	Fortalecer a atividade pericial; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	100			
6217	2	3	Fortalecer o combate ao tráfico de drogas; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			
6217	2	4	Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100			

*Não foi possível mensurar a meta.

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

2. Fortalecer a atividade pericial; (SSP)

2016

Em 01 de abril de 2016 a SSP/DF publicou aviso de Ratificação de Homologação e Adjudicação de Licitação, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense, em terreno localizado no Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal. Convênio 798.422/2013 MJ.

2017

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir. No entanto, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

Consta no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico do PPA “Resposta Qualificada à Criminalidade”, nos itens: 15) Aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia (concluído); 16) Utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; 17) Desenvolvimento do software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático (concluído); 18) Fortalecimento do uso de drones na perícias (em andamento); 19) Descentralização do Sistema LIMS, de gestão de vestígios - Sistema de Gestão e

Informações Periciais - em delegacias: implantação na Coordenação de Repressão às Drogas (a iniciar em 2018);33) Implantação do sistema de agendamento das perícias de pátio do Instituto.

2018

A Meta foi atingida no exercício 2017 como demonstrado nas ações a seguir. No entanto, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF.

Consta no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico do PPA “Resposta Qualificada à Criminalidade”, nos itens: 15) Aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia (concluído); 16) Utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; 17) Desenvolvimento do software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático (concluído); 18) Fortalecimento do uso de drones na perícia (em andamento); 19) Descentralização do Sistema LIMS, de gestão de vestígios - Sistema de Gestão e Informações Periciais - em delegacias: implantação na Coordenação de Repressão às Drogas (a iniciar em 2018);33) Implantação do sistema de agendamento das perícias de pátio do Instituto.

3. Fortalecer o combate ao tráfico de drogas; (SSP)

2016

Publicado no DODF nº 168, de 05/09/2016, o Extrato de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia. O Acordo de Cooperação terá validade de 48 meses a contar da assinatura (em 19/8/2016) e tem por finalidade a conjugação de esforços dos participes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios, por meio de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, da integração do serviço de inteligência dos organismos de Segurança Pública, de ações integradas entre as instituições de Segurança Pública e/ou Defesa Social, de reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e à obtenção de resultados, de ações de prevenção de violências, de ações de repressão qualificada da criminalidade e do encaminhamento de proposições legislativas.

2017

Cabe ressaltar que são objetivos do Acordo de Cooperação Técnica entre os participes: redução dos crimes violentos letais intencionais; redução dos crimes violentos contra o patrimônio; aumento da confiança da população nas instituições de segurança pública e/ou Defesa Social e a melhoria da prestação do serviço público de segurança, aumento da identificação de autoria de homicídio, aumento de apreensão de armas, aumento de apreensão de drogas, aumento de desbaratamento de organizações criminosas, aumento das ações de combate a incêndio, salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de Defesa Civil; e, por fim, diminuição da vulnerabilidade social por meio da promoção de políticas de prevenção de violência e de inclusão social.

Desta feita, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF.

Destaque para a atuação da Policia Civil do Distrito Federal - PCDF e da Policia Militar do Distrito Federal - PMDF que deflagraram diversas operações ao longo do ano com o objetivo de combater o tráfico de drogas no Distrito Federal e Entorno.

Apreensões realizadas pela PMDF: Maconha 5.394 Kg; Cocaína 68 Kg; Crack 42 kg; LSD 960 microsselos; Ecstasy 13.493 comprimidos; e Rohypnol 4.518 comprimidos.

Apreensões realizadas pela PCDF: Maconha 3.873 kg; Cocaína 100 Kg; Crack 64 Kg; haxixe 11 Kg; Ecstasy 1.732 comprimidos; LSD 835 microsselos; e Lança Perfume 573 frascos (100 ml).

4. Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF; (SSP)

2016

A Subsecretaria de Inteligência passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ (extrato do Acordo de Cooperação Técnica publicado no DOU nº 140, de 22 de julho de 2016, Seção 3).

No dia 01 de julho de 2016, foi inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF. Nesse mesmo evento, foi formulado um Plano de Trabalho de todos os Comitês do Pacto Integrador - Gestor, de Análise Criminal, de Planejamento Estratégico e Operacional, de Inteligência e de Ações Sociais Integradas, o qual foi aprovado pelos Secretários de Segurança Estaduais e do Distrito Federal.

2017

Com a publicação do Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), houve o fortalecimento da atribuição finalística de manter um canal técnico interligando as Agências de Inteligência dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal e a possibilidade de ampliação deste sistema, por meio de Termos de Cooperação ou instrumentos congêneres.

A Coordenação de Integração de Multiagências – CIM/SOPI/SSP/DF (antigo CICCR - Centro Integrado de Comando e Controle Regional) utiliza o modelo de gestão integrada com a participação de diversas agências diretamente relacionadas a operações e eventos de alta complexidade, permitindo que cada um dos participantes possa executar suas ações e atribuições operacionais de forma integrada com as demais, a fim evitar sobreposição de competência, otimização de recursos materiais e humanos.

Durante o exercício de 2017, conforme propõe o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), a SSPDF utilizou a Célula de Inteligência Integrada de Segurança Pública, inicialmente voltada ao Pacto Integrador, com o intuito de planejar e executar diversas ações integradas e, promovendo a segurança da população durante os eventos que ocorreram em datas comemorativas e em ações específicas de repressão ao crime no Distrito Federal.

2018

Meta atingida no exercício 2017 com a publicação do Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), houve o fortalecimento da atribuição finalística de manter um canal técnico interligando as Agências de Inteligência dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal e a possibilidade de ampliação deste sistema, por meio de Termos de Cooperação ou instrumentos congêneres.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1591	ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	%	72,70	31/jul/15	SEMESTRAL	80	74,27	80	-	85	-	85	SI/ SSP / UO 24101 / OE 2
1696	CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	UNIDADE	694	31/dez/15	MENSAL	649	635	605	539	561	474	517	SSP/ UO 24101/ OE 2
1697	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	UNIDADE	1933	31/dez/15	MENSAL	1812	2129	1694	1966	1581	1640	1472	SSP/ UO 24101/ OE 2

Justificativas

Indicador 1591

2016

Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência: O índice não atingiu o desejado em virtude do efetivo limitado para fazer frente a alta demanda, uma vez que a SI passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública.

2017

A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno a exclusão do Indicador.

2018

A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado.

Indicador 1696**2016**

Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

2017

Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2017 mostra que foram registrados 16,3 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.

2018

O balanço da criminalidade referente ao ano de 2018 mostra que foram registrados 15,2 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.

Indicador 1697**2016**

O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais não apresentaram queda quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário nacional de crise econômica, na pressão sofrida por Brasília ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP.

2017

O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2016. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

2018

O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2017. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

Orientações constam no item 5.1.4 das Instruções (limitado a 10 linhas por ação não orçamentária)

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	Descrição da Ação não Orçamentária	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
----------	---------	--------------------	------------------------------------	----------	----------------------------	----------------------	--------------------------

6217	2	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios; (SSP)	24101	0	100	<p>2016 Fase inicial de funcionamento.</p> <p>2017 Não houve reunião da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios.</p> <p>2018 A Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF foi criada por meio da Portaria Nº 176, de 13 de setembro de 2018 (DODF Nº 179, 19 de setembro de 2018)</p>
6217	2	2	Funcionamento da Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas; (SSP)	24101	0	0	<p>2016 Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.</p> <p>2017 Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em 2017.</p> <p>2018 Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em 2018.</p>
6217	2	3	Criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal – SISP/DF. (SSP)	24101	100	100	<p>2016 Ação Orçamentária não implementada.</p> <p>2017 Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISP/DF).</p> <p>2018 Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017 criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISP/DF).</p>

*Não foi possível mensurar a implementação da Ação não Orçamentária.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

2016/2017

SSP

O Objetivo Específico “Resposta Qualidade a Criminalidade: *promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente*”, caracteriza-se por buscar alcançar índices satisfatórios que representem o aumento da sensação de segurança, através do incremento imediato e permanente das respostas ao avanço da criminalidade, notadamente, os delitos violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

Para tanto, os investimentos em segurança pública no exercício de 2016 foram direcionados com vistas a responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção qualificada de provas e com garantia de direitos. Em face de premissa construída, o panorama de aperfeiçoamento das políticas de segurança demanda atualização e qualificação dos mecanismos e dos atores incumbidos da repressão.

Portanto, a repressão da criminalidade moderna e sofisticada não deve ser reativa, mas pró-ativa. Sua atuação qualificada deve compreender, necessariamente, as dimensões da Inteligência, da Informação, da Tecnologia e da Gestão.

No que tange ao preparo dos profissionais de segurança pública, treinamentos e operações que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal (com aquisição de equipamentos apropriados) proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas, ao mesmo tempo em que constrói uma relação de confiança com a população e valoriza a atividade policial

Dessa forma, reforçando o já apregoado em linhas anteriores, o alcance do objetivo pretendido encontra seu sucesso na elevação do nível de cooperação e integração entre os órgãos componentes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, por meio da articulação das ações, do compartilhamento de dados e pela adequada gestão das informações produzidas e disseminadas pelas respectivas instituições.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) início do processo licitatório cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense por meio de convenio; II) formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia, com a finalidade de conjugar esforços dos participes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios; e III) inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF.

Destacam-se ainda que os indicadores monitorados por esta Secretaria foram divididos nos dois grupos priorizados pelo “Viva Brasília”: CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais e CCP – Crimes Contra o Patrimônio. O CVLI é um indicador composto de três naturezas: Homicídio; Latrocínio; Lesão corporal seguido de morte e o CCP, composto de seis naturezas: Roubo a transeunte; Roubo de veículo; Roubo em transporte coletivo; Roubo em comércio; Roubo em Residência; e Furto em veículo, para esses indicadores as metas previstas para 2016, foram a redução de 6% no CVLI e 4% no CCP.

O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

“Quando analisado o grupo dos três crimes contra a vida, monitorados pelo” Viva Brasília – Nossa Pacto pela Vida – homicídio”, latrocínio e lesão seguida de morte – também se verifica reduções. Foram 21,3 mortes para cada 100 mil habitantes. O número está abaixo da média nacional, que atualmente é de 25,7/ 100mil, segundo o 10º Anuário de Segurança Pública de 2016. A aplicação desse tipo de taxa é uma metodologia recomendada pelas Organizações das Nações Unidas para aferir o nível de violência de determinado lugar, relativizando o número da criminalidade com a população.

Os Crimes Contra os Patrimônios não apresentaram queda em 2016, quando comparados aos anos anteriores.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto, onde pode-se destacar que em 05 de dezembro de 2017 foi editada a Portaria Conjunta Nº 02, que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do Pacto pela Vida e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF.

Destaca-se ainda que o número de homicídios cometidos em 2017 caiu 15,7% em relação a 2016 – os índices passaram de 591 para 498. Com isso, o Distrito Federal bateu a marca da menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos últimos 29 anos, ou seja 16,3 por 100 mil habitantes. Isso quer dizer que desde 1988 não havia uma taxa tão baixa. Roubos e furtos também apresentaram redução entre os anos analisados. Se forem analisados apenas os números absolutos, ao invés de taxa índice, 2017 fechou com o menor número de homicídios em 15 anos. No conjunto dos crimes violentos letais intencionais – homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte – a queda verificada foi de 15,8% ou 101 casos a menos. Foram 640 ocorrências em 2016 e 539 em 2017. Separadamente, os latrocínios baixaram de 44 para 36; e as lesões seguidas de morte mantiveram-se com os mesmos índices nos dois anos: cinco ocorrências.

Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio monitorados pelo Viva Brasília, a diminuição foi de 5,6%. Os casos registrados nas delegacias caíram de 63.491 em 2016 para 59.953 em 2017. Nesse montante consideram-se roubos a pedestres, de veículo, em transporte coletivo, em comércio, em residência e furto em veículo.

Em número percentual, a menor queda dos crimes contra o patrimônio foi no registro de roubo em comércio: 23% (2.774 para 2.136). Essa natureza criminal inclui casas lotéricas, postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais no geral. O roubo de veículo teve um decréscimo de 14,3%: 5.663 registros em 2016 e 4.855 em 2017. Os roubos em transportes coletivos, por sua vez, saíram de 3.130 para 2.681, ou seja, menos 14,3%.

A queda nos casos de roubo em residência foi de 6,2%, passando de 919 em 2016 para 862 em 2017. Roubos a pedestres – que têm o celular como principal alvo – tiveram baixa de 3,8% (38.206 para 36.763). Os furtos em veículos, incluindo arrombamentos, saíram de 12.799 para 12.656 (-1,1%).

2018

O Objetivo Específico “Resposta Qualidade a Criminalidade: promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente”, caracteriza-se por buscar alcançar índices satisfatórios que representem o aumento da sensação de segurança, através do incremento imediato e permanente das respostas ao avanço da criminalidade, notadamente, os delitos violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu objetivo proposto para o exercício de 2018.

Desde a implantação do Viva Brasília, em 2015, 753 vidas foram preservadas. A informação leva em conta a seguinte análise: se o DF tivesse mantido a incidência de mortes violentas que havia em janeiro de 2015, até o final de outubro de 2018, mais de setecentas pessoas teriam sido assassinadas.

Dos três Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), também monitorado com prioridade pelo Viva Brasília – Nossa Pacto pela Vida, houve redução de 10,9% no número de vítimas. O balanço revelou também queda no crime de latrocínio, que é quando o motivo do homicídio é o roubo, caiu de 36 (trinta e seis) para 28 (vinte e oito) casos. Nos meses de setembro e outubro deste ano, não foram registrados casos de lesão corporal seguido de morte.

Importante destacar que, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública referente ao ano de 2017, essa realidade observada no DF caminha em sentido contrário da realidade do restante do território brasileiro, em que o número de mortes vem crescendo, garantindo ao DF a terceira unidade da Federação em redução de mortes violentas, no ranking nacional.

Em relação aos seis principais Crimes Contra o Patrimônio (CCP) – roubos e furtos a pedestre, a comércio, de veículo, em transporte coletivo e a residência, monitorados também pelo Viva Brasília – Nosso Pacto Pela Vida, todos apresentaram queda, atingindo a taxa de 14,6% de redução em 2018 quando comparados ao mesmo mês do ano anterior. Dos crimes analisados, o roubo em transporte coletivo foi a modalidade com maior queda, 40,8% a menos que em 2017 (de 2.672 ocorrências, em 2017, para 1.582 em 2018 - 1.090 ocorrências a menos).

O segundo CPP com maior redução em 2018 em relação ao mesmo mês de 2017 foi o roubo a residência, com 30,9% de queda (de 863 para 596 registros), em seguida vem o roubo a comércio, com redução de 17% (de 2.141 para 1.776 ocorrências). Roubos a veículo também apresentou queda, passando de 4.851, em 2017 para 3.986 em 2018 (-17,8%). Já as ocorrências de roubo a pedestre, por sua vez, caíram 10,7%. Nos furtos em veículos houve 17,9% de redução.

Estas significativas reduções atribui-se ao trabalho integrado com outros órgãos do governo, aliado à realização de ações com foco em áreas críticas, nos crimes de maior impacto na sensação de insegurança das pessoas e com influência em todas as naturezas criminais.

No que se refere à Violência sexual, os registros de estupros diminuíram 9,5% em 2018 em comparação a 2017. Foram 744 casos, em 2017, para 673 este ano. De acordo com análise da SSP/DF, em 85% dos casos de estupro de vulnerável o autor e a vítima tinham vínculo como, por exemplo, parentesco. No caso dos adultos, a relação também é alta: 50%.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6217	3	1	Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44	100	100		
6217	3	2	Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

1. Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)

2016

Meta parcialmente atendida. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2016 foram vistoriadas 15 áreas de riscos em 8 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.762, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

2017

Meta atingida. A Subsecretaria de Defesa Civil – SUDEC/SSP, realizou o mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019. Os riscos incluem desabamento, incêndio, eletrocussão, entre outros. A SUDEC/SSP, buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que, em caso de normalidade, possam agir na prevenção junto as suas áreas ou, em situações de anormalidades, atuem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil, tendo capacitado 3.125 pessoas. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2017 foram vistoriadas 10 áreas de riscos em 2 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.733, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc). Cabe ressaltar que a SUDEC/SSP, anualmente, elabora os planos de contingência relativos aos períodos chuvosos e de estiagem, que são apresentados nos meses de setembro e abril respectivamente, bem como a elaboração do plano de atuação com um calendário de ações a serem desenvolvidas durante todo o ano nas Regiões Administrativas do DF.

2018

Meta atingida. A Subsecretaria de Defesa Civil – SUDEC/SSP, realizou o mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019. O Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal tem por objetivo a prevenção, a preparação, a resposta e a reconstrução de áreas afetadas por desastres humanos e/ou naturais. Nesse sentido, o gerenciamento de risco constitui-se em uma atividade da gestão ambiental e urbana, procurando identificar os pontos de riscos das Regiões Administrativas do DF. Por meio do planejamento, a Defesa Civil propõe medidas para minimizar os riscos, prepara os órgãos de resposta e articular-se para restabelecer as condições de normalidade destes locais. Os objetivos deste trabalho são elencados em: 1. Identificação das ameaças e das vulnerabilidades (conhecimento do problema); 2. Análise e mapeamento dos riscos; 3. Adoção de medidas não estruturais com implantação de planos preventivos e de contingência, com monitoramento e atendimento das situações de emergência; 4. Adoção de medidas estruturais para a redução de riscos e prevenção de desastres; 5. Informação pública e capacitação para prevenção de riscos, de desastres e autoproteção; e 6. Levantamento de riscos em edificações com 4 pavimentos ou mais na RA Vicente Pires.

2. Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, a SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

O CBMDF implantou o Sistema SCIPWEB que tem por objetivo oferecer à sociedade os serviços de consulta prévia, análise dos projetos e vistorias, com acesso direto via internet, minimizando gastos, deslocamentos, perda de tempo e retrabalho. O CBMDF criou o Centro de Referência em Investigação de Incêndio que realiza a aquisição de equipamentos, materiais e insumos para equipar os laboratórios de investigação de incêndio e ciência do fogo, da Diretoria de Investigação de Incêndio. Por meio dessa nova infraestrutura será possível realizar amplas pesquisas sobre a ciência do fogo, gerando conhecimento capaz de aprimorar os processos operacionais de combate a incêndios. Nesse sentido, teremos um reflexo positivo na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos do DF, além de se possibilitar a caminhada para a formulação de técnicas mais eficientes, que demandem menor utilização de recursos naturais, como água, na extinção de incêndios. Os esforços da corporação estão alinhados às premissas de responsabilidade socioambiental do governo.

2018

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

Para o atingimento da meta destacam-se na atuação do CBMDF em 2018 as seguintes iniciativas: implementação de um novo regime de serviço operacional de perícia; implantação contínua do sistema SCPIWEB; capacitação do peritos na nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; e desenvolvimento de protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados como Causa de Ação Pessoal Internacional.

Desenvolveu ainda o aperfeiçoamento do Sistema Fênix, que permitiu a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM do GBM e mesa de atendimento do CIADE, dando maior agilidade no acionamento do socorro envolvido.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1594	TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	%	90	31/dez/14	ANUAL	15	44	50	75	75	100	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
1595	QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	UNIDADE	2.279	31/dez/14	ANUAL	3.279	4.954	4.279	3.125	5.279	710	6.279	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3

Justificativas

Indicador 1594

2016

Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

2017

Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

2018

O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco Distrito Federal.

Indicador 1595

2016

Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado superou o desejado em virtude dos treinamentos realizados e a preparação para os agentes e comunidade envolvidos com o Sistema de Proteção e Defesa Civil terem sido intensificados.

2017

Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois nos meses de junho e julho as capacitações foram interrompidas devido ao emprego dos agentes na Operação de Levantamento de dados dos Reservatórios de Água nas Escolas Públicas do DF, e nos meses de novembro e dezembro houve novamente interrupção, pois, os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.

2018

O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois houve interrupção no programa de capacitação, sendo que os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

Orientações constam no item 5.1.4 das Instruções (limitado a 10 linhas por ação não orçamentária)

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIPÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	3	1	Formação de multiplicadores internos para acompanhar voluntários/agentes comunitários de defesa civil; (SSP)	24101	100		<p>2016</p> <p>No ano de 2016 foi executado o Projeto NUDEC JOVEM, com crianças (3 a 12 anos) e adolescentes (13 a 17 anos) de acordo com a tipificação, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil com o uso de fantoches, abordando assuntos diversos de prevenção de desastre e cidadania, e ainda para os adolescentes foram oferecidos 13 horas/aula sobre assuntos diversos de prevenção e cidadania.</p> <p>Foram realizados também treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e defesa Civil, totalizando 4.954 pessoas capacitadas em 2016.</p> <p>2017</p> <p>O Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudec Jovem, capacitou 3.125 pessoas em 2017 para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil.</p> <p>2018</p>

						O Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nucleo Jovem, capacitou 671 pessoas em 2018 para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil.
--	--	--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

*Não foi possível mensurar a Ação não Orçamentária.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

2016/2017

SSP

O Objetivo Específico “Prevenção, Gestão de Riscos e Respostas às Emergências e Desastres: *identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança*”, caracteriza-se por coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Deste modo, compete à Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, através de sua Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, conhecer e identificar os riscos de desastres, reparar serviços vitais e restabelecer o bem-estar da população.

Destaca-se ainda que para a proteção de vidas, patrimônio e do meio ambiente, o CBMDF possui uma estrutura operacional funcionando diuturnamente. Trata-se de unidades dispostas no território com recursos humanos capacitados, equipados com os recursos materiais necessários para o atendimento das mais diversas naturezas de ocorrências de sua competência.

Nessa perspectiva, a antecipação dos acontecimentos catastróficos, é imprescindível e proporciona um preparo adequado ao enfrentamento de tais eventos. Com um planejamento específico é possível estabelecer o que fazer, quem irá fazer, como fazer e quando deve ser feito. Assim, nos moldes da melhor doutrina do Comando de Incidentes, ao se adotar o consagrado princípio 2P2R, realizam-se atividades de Prevenção e Preparação a fim de capacitar a implementação das fases seguintes de Resposta e Reconstrução.

Assim, considerando as peculiaridades do Distrito Federal, a oportunidade de se tornar referência a outros estados da federação na seara da proteção civil, demanda especial atenção por parte dos principais atores da gestão pública distrital que, realizando investimentos contínuos, com baixo dispêndio de recursos, em atividades de defesa civil, mormente no que se refere à prevenção e respostas às calamidades públicas, podem contribuir essencialmente para o aproveitamento da oportunidade oferecida pelo contexto atual.

Dante da análise qualitativa das metas e ações, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, em que se destaca: I) vistorias em 15 áreas de riscos em 08 Regiões Administrativas; II) treinamento e preparação para os agentes e comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil; e execução do Projeto Nudec Jovem, com crianças e adolescentes, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2017 pois realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudec Jovem, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto às suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil, totalizando 3.125 pessoas capacitadas em 2017.

O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2017 foram vistoriadas 10 áreas de riscos em 2 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.733, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

2018

O Objetivo Específico “Prevenção, Gestão de Riscos e Respostas às Emergências e Desastres: identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança”, caracteriza-se por coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, a SSPDF, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil para agir na prevenção, em caso de normalidade, ou atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil em situação de anormalidades, totalizando 671 pessoas capacitadas em 2018.

No primeiro semestre de 2018 foram realizadas 2.714 vistorias in loco pela equipe de Defesa Civil gerando os termos (Comparecimento, Notificação, Interdição, Desinterdição e Licenças de funcionamento eventual e comércio) conforme cada caso.

Dentre as principais ocorrências atendidas destacam-se: 31,67% de rachaduras e fissuras; 15,42% de desabamento; 14,79% de infiltrações; 13,96% de risco de desabamento de muro; 6,25% de recalque de fundações (rebaixamento de terras); 5 % de problemas encontrados em instalações elétricas; 4,17% de incêndio; 3,125% de desplacamento de revestimento; 2,71% de problemas na rede de esgoto; 2,08% de erosão; e 0,83% de alagamento.

No ano de 2018 foram realizadas as seguintes operações preventivas:

- continuação na operação em bares e boates, com o objetivo de vistoriar e fiscalizar as condições estruturais e de segurança das instalações das novas casas de show e boates;
- continuação na Operação Carnaval, que tem como objetivo vistoriar as estruturas provisórias montadas no evento a fim de garantir segurança aos participantes; finalizada a Operação da detonação da rocha no Taquari – BR-020; e, realizada a operação para acompanhamento na demolição do tático, localizado no Sol Nascente;
- realizada operação via-sacra com o objetivo de fiscalizar, orientar e monitorar os eventos realizados pelas Paróquias em cada Região Administrativa do Distrito Federal;
- continuação da Operação Afrodite, onde tem por objetivo verificar as condições estruturais e de segurança dos motéis de Brasília;
- realizada a operação de fiscalização integrada juntamente com o setor de Produtos Perigosos, nas BR 040 – 060- 020, conforme determinado no planejamento anual da SUDEC.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – PAZ NO TRÂNSITO: Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

Orientações constam no item 5.1.4 das Instruções (limitado a 10 linhas por ação não orçamentária)

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Paz no Trânsito; (SSP)	24101	0		<p>2016 Ação não implementada.</p> <p>2017 Ação não implementada.</p>

							2018	Ação não implementada.
--	--	--	--	--	--	--	------	------------------------

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

2016/2017

SSP

Em 2016, o Objetivo Específico “Paz no Trânsito: promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes”, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, iniciam-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Noutro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, etc, a condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Dante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2016 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 0,88. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Em 2017, em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, inicia-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Em outro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, entre outros, à condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2017 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF, que é a de salvar vidas, apresentamos o índice de mortos por 10 mil veículos nas vias urbanas em 0,52, índice que vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Destaque para a atuação do Detran/DF, cujas ações contribuíram para a redução das mortes no trânsito em 35%. Em 2016, 390 pessoas envolveram-se em acidentes fatais, enquanto em 2017 foram 254 casos, ou seja, 136 a menos. A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão (826 apenas em 2017) e fiscalização, com a autuação de 24.425 condutores que insistiam em dirigir embriagados. Além disso, 6.808 placas de trânsito foram recuperadas, implantadas e substituídas ao longo do ano.

Esta redução das mortes nas vias do DF é consequência da maior conscientização dos motoristas e está ligada às punições que o órgão impôs aos que insistem em dirigir mesmo com a CNH cassada ou suspensa. Durante todo o ano, quase cinco mil condutores tiveram a carteira de motorista suspensa ou cassada, e nas ações da PMDF e do Detran/DF foram mais de 24 mil autuações por alcoolemia e o mais importante é que 98% dessas autuações foram feitas antes do envolvimento dos condutores com acidentes de trânsito.

2018

O Objetivo Específico “Paz no Trânsito: promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes”, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 1,6. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Destaque para a atuação do Detran/DF, cujas ações contribuíram para a redução das mortes no trânsito. No período de 2015 a 2018 o número de vítimas fatais reduziu 24% nas vias do DF comparado com os anos de 2011 a 2014. Dados mostram que no período de 2015 a 2018 foram registradas 1.277 vítimas fatais em acidentes de trânsito, contra 1.673 ocorridas no período 2011 a 2014. E para as vítimas feridas uma redução de 22%, de 48.541 para 37.649.

A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão (558 apenas em 2018) e fiscalização, com a autuação de 7.638 condutores por alcoolemia. Além disso, 4.142 placas de trânsito foram recuperadas, instaladas e substituídas ao longo do ano.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6217	5	1	Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	*		
6217	5	2	Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	
6217	5	3	Fortalecer as redes de enfrentamento à violência; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6217	5	4	Implementar ações de prevenção e combate ao racismo; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	*		
6217	5	7	Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		
6217	5	8	Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã. (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		

*Não foi possível mensurar a meta.

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

1. Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados; (SSP)

2016

O modelo de gestão do “Viva Brasília” foi idealizado a partir de compilação de diferentes estratégias de políticas nacionais e internacionais de segurança pública consideradas exitosas. A adequação e aprovação dos indicadores da divisão territorial em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) e regiões integradas (RISPs) de segurança pública e do monitoramento e avaliação do programa foram realizadas mediante a implantação de grupos de trabalho com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da sociedade civil.

A Região Integrada de Segurança Pública – RISP consiste na divisão geográfica do território do Distrito Federal para fins de segurança pública que permite a articulação e integração regional, no nível tático e operacional, das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, entre si e com os demais atores internos e externos que possuam interfaces com o tema.

A Área Integrada de Segurança Pública – AISPs consiste na divisão geográfica de uma RISP e se caracteriza por um espaço geográfico comum, urbano ou rural, destinado à articulação e à integração.

Regiões e Áreas de Segurança Pública

RISP	AISPs
1. Metropolitana	Plano Piloto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste, Guará, SIA, SCIA, Estrutural e Lago Sul
2. Sul	Gama, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Santa Maria e Jardim Botânico
3. Oeste	Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires
4. Leste	Planaltina, Lago Norte, Varjão, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.

Fonte: SGI/SSP/DF

Assim, para cada uma das AISPs considerada prioritária, foi elaborado um Plano Integrado de Ação, em que foram especificados: a situação-problema, a ação-resposta, o responsável e o prazo. (Na reunião devolutiva dos Planos Integrados, uma nova coluna, de status da ação, foi inserida). Com a pactuação dos Planos, a equipe da UCPPV passou a realizar o monitoramento de todas as ações, operacionalizando reuniões e realizando bilaterais, quando os órgãos responsáveis tinham dificuldades nessas articulações, ao mesmo tempo em que monitorava, junto a SGI, o efeito das ações sobre os índices de segurança a cada dez dias.

Por isso, vale retomar aqui os resultados positivos encontrados a partir da elaboração, pactuação e monitoramento dos Planos Integrados de Segurança (“intervenção”):

Comparação CCP nas AISPs Prioritárias (Antes e Depois da Implementação do Plano Integrado, atualizado em 21/11/2016)

Área crítica	Crime com maior incidência	Antes da intervenção	Após a intervenção	Diferença percentual
Estrutural	Roubo a transeunte	164	73	-55,50%
Samambaia	Roubo a transeunte	736	595	-19,20%
Santa Maria	Roubo a transeunte	475	388	-18,30%
Taguatinga	Roubo a transeunte	511	442	-13,50%
Ceilândia	Roubo a transeunte	881	784	-11,00%
Brasília	Furto em veículo	847	768	-9,30%
São Sebastião	Roubo a transeunte	221	205	-7,20%
Planaltina	Roubo a transeunte	371	417	12,40%

Fonte: SGI/SSP/DF

A SSP/DF também participou da Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, a ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas. Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul é o principal exemplo dos resultados da metodologia do “Viva

Brasília — Nosso Pacto pela Vida". Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

2017

Ao longo de 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã – SUSEC, participou da organização e realizou o acompanhamento de reuniões nas Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e comunidade para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública locais. Esses encontros visavam promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais e ocorreram no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e Comitês de Área Integrada de Segurança Pública (CAISPs).

A SUSEC possui quatro diretorias responsáveis por coordenar e acompanhar tais reuniões: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul.

Nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Já nos encontros de CAISP, os dirigentes dos órgãos de segurança pública priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados.

Abaixo, seguem consolidadas tabelas informando as principais demandas apresentadas nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança realizadas em 2017, organizadas por Região Integrada de Segurança Pública (RISP):

Diretoria da Rede Colaborativa Leste

RISP LESTE

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	544	274	162	144	12	1.136
Demandas Resolvidas	403	217	125	99	5	750
Demandas Pendentes	141	57	37	45	7	386

Quantidade e Tipo de Público	1.620 (Moradores, Associa�es e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)
------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Diretoria da Rede Colaborativa Metropolitana

RISP METROPOLITANA

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	344	216	164	152	-	876
Demandas Resolvidas	179	154	72	82	-	487
Demandas Pendentes	165	62	92	70	-	389
Quantidade e Tipo de Público	2.861 (Moradores, Associa�es e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

Diretoria da Rede Colaborativa Oeste

Diretoria da Rede Colaborativa Sul

RISP OESTE

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	196	227	234	64	1	722
Demandas Resolvidas	75	149	186	6	-	416
Demandas Pendentes	121	78	48	58	-	305
Quantidade e Tipo de Público	2.402 (Líderes comunitários, associações, moradores e síndicos)					

RISP SUL

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	168	201	96	49	2	516
Demandas Resolvidas	79	147	45	26	1	298
Demandas Pendentes	89	54	51	23	1	218
Quantidade e Tipo de Público	2.654 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

2018

Meta parcialmente atingida. O objeto do Programa Viva Brasília nas Escolas consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSP e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar, valorização dos profissionais de educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.

Diante da impossibilidade de executar o projeto em questão ainda em 2018, em razão da necessidade de produção e aprovação de documentos por diversas instâncias deste e outros órgãos, esta Secretaria em parceria com a Secretaria de Educação realizou intervenções pontuais em duas escolas do DF: Escola Parque da Cidade - PROEM e Centro de Ensino Médio 03 (Ceilândia), escolhidas com base no público alvo beneficiário do projeto, ou seja, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal. O Objetivo das intervenções foi sensibilizar os alunos para a pauta da segurança cidadã, adquirir experiência prévia e conhecer melhor o território onde se pretende atuar, bem como avaliar a receptividade dos alunos ao projeto, por meio da realização de atividades de direitos humanos e segurança cidadã entre os dias 24 e 26 de outubro de 2018 no Centro de Ensino Médio de Ceilândia e na Escola do Parque da Cidade – PROEM.

Foram dois dias de atividades em cada escola: um destinado ao tema de segurança cidadã e outro para abordar o tema direitos humanos. No PROEM, participaram das atividades aproximadamente 30 estudantes em cada dia de intervenção. Já no CEM 03, estiveram presentes cerca de 40 alunos no primeiro dia de atividade e 90 estudantes no último dia de intervenção. Ao total houve a participação de 160 alunos nas duas escolas envolvidas.

Na primeira quinzena de outubro de 2018 foi realizado pregão para contratação de empresa que irá capacitar em mediação de conflitos para 150 pessoas das Instituições de Segurança Pública e comunidade escolar. O curso ocorreu nos dias 22 e 23 de novembro. A capacitação fez parte do planejamento de ações preparatórias para a implementação do novo projeto em 2019.

Além disso, A SUSEC realizou intervenção na Escola Maria do Carmo Lima, localizada em Águas Lindas - GO com a parceria da Faculdade IESB, campus Ceilândia, em decorrência do fato de um dos alunos da instituição ter sido assassinado na escola, o que deixou os professores amedrontados e desmotivados com o trabalho. Nesse sentido, uma psicóloga do IESB e seus alunos, acompanhados de um policial da SUSEC, foram até o local para fazer uma conversa com os docentes. A atividade foi realizada no dia 31 de outubro, no período da tarde, e reuniu aproximadamente 38 professores (18 do IESB).

As atividades desenvolvidas pela SUSEC relacionadas às intervenções nas escolas públicas estão descritas no quadro abaixo:

Atividades Realizadas do Teatro Pátria Minha/ Teatro Comunitário

Atividades	Público Atendido
Intervenção no Proem	30 estudantes
Intervenção no CEM 03	130 estudantes
Total	160 estudantes

Fonte: SUSEC/SSP/DF

2. Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP)

2016

Meta não atingida.

2017

Para o atingimento da meta, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF desenvolveu ações pontuais em parceria com os CEAMs, tais como: oficina de Desenho e Pintura/Grafite em Planaltina. Também entende que as ações a serem desenvolvidas para o seu alcance estão intrinsecamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela SEDESTMIDH/SAMIDH. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

Meta excluída conforme Decreto 39.461/2018, publicado no DODF Nº 218, de 16 de novembro de 2018, que altera informações gerenciais e atributos dos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

3. Fortalecer as redes de enfrentamento à violência; (SSP)

2016

Foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, o Núcleo de Enfrentamento ao Feminicídio (NEF), diretamente subordinado ao Comitê Executivo do “Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida”, por meio da **Portaria nº 32, de 27/06/2016**: Considerando que o Decreto n.º 36.619, de 21 de julho de 2015, instituiu o “Pacto pela Vida - PPV como um conjunto de estratégias e ações do Governo do Distrito Federal voltados à segurança pública e à paz social, que será conduzido pelo Governador do Distrito Federal e coordenado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social.

Foi constituído Grupo de Trabalho encarregado de realizar completo, detalhado e analítico levantamento da execução do Termo de Adesão ao Programa "Crack é Possível Vencer", celebrado pelo Distrito Federal em 07/12/2012, cujo objeto é além da adesão ao referido programa a atuação integrada junto à União com vistas a implementação de ações Inter setoriais de enfrentamento ao crack e outras drogas, nos termos do art. 5º-A do Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010, por meio da **Portaria nº 66, de 09 de setembro de 2016, DODF Nº 173, de 13/09/16**.

2017

Em 2017 foi lançado o programa Viva Flor, voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. A partir deste programa, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher foi fortalecida com atores trabalhando conjuntamente, tais como SEDESTMIDH, SSPDF, PMDF, PCDF, CBMDF, TJDFT e MP, por meio de reuniões de Grupo de Trabalho e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes.

Ademais, reuniões do Núcleo de Enfrentamento ao Feminicídio (NEF) foram realizadas, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2016.

2018

Meta parcialmente atingida. O Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência inclui o Projeto Viva Flor que é voltado à proteção de mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto beneficiará inicialmente até cem mulheres.

No ano 2018 foram recebidas 25 (vinte e cinco) para Cadastro no programa e incluídas no Sistema de Georreferenciamento - SGO da SSP. Deste montante, 02 (dois) mulheres foram substituídas, totalizando o número de 23 (vinte e três) usuárias. Em outubro do mesmo ano encontram-se ativas no Programa 15 (quinze) usuárias. Das 08 (oito) usuárias restantes, houve 03 (três) desistências e 05 (cinco) mulheres que constavam com pendências, foram acompanhadas e finalizado o processo de instalação.

Ainda em 2018 a SSPDF criou a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF, que é uma instância de apoio técnico e estratégico à governança da política do Viva Brasília: Nossa Pacto pela Vida, criada no âmbito da Secretaria de Segurança Pública com natureza propositiva e deliberativa nas questões afetas a casos de homicídios e feminicídios, composta por integrantes da SSP, PMDF, PCDF, CBMDF e DETRAM.

São atribuições da CTMHF, conforme Portaria nº 176, de 13/09/2018, publicada no DODF nº 179, de 19/09/2018: 1. elaborar diagnósticos criminais e criminológicos específicos sobre a dinâmica dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 2. realizar e propor a realização de estudos e pesquisas; 3. propor operações integradas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal e de outras IOA's; 4. propor medidas de prevenção e repressão voltadas ao enfrentamento do homicídio e feminicídio; 5. subsidiar o Comitê Executivo do

Viva Brasília: Nosso pacto Pela Vida com informações gerenciais; 6. aprimorar o fluxo de trabalho do Sistema de Segurança Pública para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 7. articular a cooperação interagências para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal.

A CTMHF, em 2018 realizou, dentre outras as seguintes atividades: a) elaboração de questionário criminal e criminológico de homicídio e feminicídio; b) realização de estudo criminal e criminológico individualizado, caso a caso, das 73 ocorrências de feminicídio consumado e das ocorrências de tentativa, desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2.015 (concluído), dos 40 casos mais graves envolvendo tentativa de feminicídio com reincidência na Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) e dos casos de homicídios do ano de 2018; c) escolha técnica das cidades de Ceilândia e Planaltina como vetores que impulsionam em dados absolutos, naquela ocasião, os números de homicídio no Distrito Federal em 32% do total; d) identificação a partir de estudos das Subsecretarias de Gestão da Informação – SGI e Inteligência – SI, em particular o case da Ceilândia, de 32 estabelecimentos comerciais (depósitos de bebidas ou bares) que possuem algum vínculo com as manchas criminais de homicídios, inclusive com mortes ocorridas dentro do próprio estabelecimento; e) planejamento conjunto de operações integradas com as forças de segurança pública e outras IOAs (instituições, órgãos e agências) nas cidades de Ceilândia e Planaltina, sendo possível constatar por meio de dados da SGI que nos dias das operações em Ceilândia não houve ocorrência de homicídio; f) indução do modelo de sucesso das operações integradas para outras cidades, mediante planejamento do Comitê de Áreas Integradas de Segurança Públicas – CAISP: Taguatinga, Águas Claras, Samambaia, Paranoá e Recanto das Emas; g) realização de curso EAD disponibilizado às forças de segurança promovido pela SENASP/MJ a respeito do tema de preservação do local de crime; h) estudo de caso a respeito da ocorrência de violação do equipamento de monitoração eletrônica (tornozeleira), que culminou com a tentativa de feminicídio contra a mulher que estava sob medida protetiva; i) visita aos Batalhões da Polícia Militar e as Delegacias de Polícia da RA de Ceilândia no dia 12/8, ao Batalhão de Polícia Militar, ao Grupamento do Corpo de Bombeiros e as Delegacias de Polícia da RA de Planaltina no dia 13/8, inclusive na 16ª DP os representantes do DETRAN estavam presentes, com o objetivo de agradecer o empenho nas operações integradas que tiveram grande sucesso, bem como conhecer suas atividades laborais e dificuldades para executá-las.

4. Implementar ações de prevenção e combate ao racismo; (SSP)

2016

Meta parcialmente atendida. Foi criada Câmara Técnica Segurança: Juventude e Igualdade Racial, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco nas Vulnerabilidades Sociais, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.

2017

Meta atingida. Em 2017, por meio da articulação com a Escola de Governo do Distrito Federal foram indicados servidores, inclusive administrativos, que estão lotados na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, para o curso de Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo: realizado de 27 a 31 de março, com 9 concluentes da SSP/DF.

2018

Nenhuma ação realizada em 2018.

7. Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual; (SSP)

2016

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, está funcionando na 307 sul, na área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Criança – SECRIA. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, está funcionando na 307 sul, na área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

8. Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã. (SSP)

2016

Ao longo do período, no **Projeto Esporte à Meia Noite**, foram desenvolvidas atividades em 10 núcleos, nas seguintes Regiões Administrativas: 1) Ceilândia; 2) Estrutural; 3) Gama; 4) Itapoã; 5) Jardim Roriz (Planaltina); 6) Vila Buritis (Planaltina); 7) Samambaia; 8) Santa Maria; 9) São Sebastião; e 10) Sobradinho II. De acordo com os dados fornecidos pela Gerência de Programas de Prevenção à Violência e à Criminalidade, estão sendo atendidas 300 adolescentes e jovens, em média, mensalmente.

No Projeto Picasso não Pichava foram realizadas oficinas de Serigrafia, Desenho e Pintura/Grafite, DJ, Audiovisual/Cinema e Capoeira. O Projeto está presente nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Estrutural, Itapoã, Cruzeiro e Plano Piloto, e atendeu cerca de 165 adolescentes, jovens e mulheres sob medida protetiva por mês.

Ainda em 2016 foi firmada Parceria por meio desta Subsecretaria de Segurança Cidadã com a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente para o oferecimento de oficina de audiovisual, com duração de 3 meses, para jovens atendidos pelas seguintes UAMA's do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia, Gama e Santa Maria.

Durante o ano de 2016, foi realizada parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, de modo a expandir as atividades do Projeto para as Unidades de Meio Aberto do Sistema Socioeducativo - UAMAS, sendo os atendimentos ampliados para os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Atualmente, cerca de 60 adolescentes aderiram às atividades e são vinculados a 07 (sete) UAMAS, quais sejam: Ceilândia – 2 UAMAS, Estrutural, São Sebastião, Samambaia, Santa Maria e Paranoá. Com exceção da Região Administrativa do Paranoá, as atividades são desenvolvidas em Centros Olímpicos.

2017

Meta atingida. No ano de 2017, foram realizadas atividades do Projeto "Picasso não Pichava" nas Regiões Administrativas do Itapoã, Paranoá, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, São Sebastião e Recanto das Emas, com oferta de oficinas de cinema, discotecagem/DJ, pintura, capoeira, serigrafia, música, fotografia e intervenções de grafite. Durante o ano, foram atendidos 344 adolescentes e jovens, desses, 104 em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

As atividades são realizadas em parceria com Espaço Cultural Céu das Artes do Recanto das Emas, Casa do Cantador, em Ceilândia, Horta Comunitária do Itapoã, Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM/ Planaltina, Centro Cultural Imaginário de Samambaia e com as Unidades de Atendimento em Meio Aberto – UAMAs e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – UNAC.

O quadro abaixo apresenta informações das oficinas realizadas durante o ano:

Atividade	Localidade	Frequência	Quantidade de alunos atendidos
Oficina de Capoeira	Horta Comunitária – Itapoã	3 ^a e 5 ^a	26
	Casa do Cantador – Ceilândia	2 ^a e 4 ^a	26

Oficina de Serigrafia	FUNAP/CIR – São Sebastião	3 ^ª e 5 ^ª	10
	CED 02 – Cruzeiro	2 ^ª e 5 ^ª	30
Oficina de Desenho e Pintura/Grafite	CEAM – Planaltina	3 ^ª	85
Oficina de Audiovisual/ Cinema	Espaço Imaginário – Samambaia	2 ^ª e 4 ^ª	70
	Céu das Artes – Recanto das Emas	3 ^ª e 5 ^ª	17
	UAMA – Paranoá	3 ^ª e 5 ^ª	17
	Casa da Criança Batuira – Ceilândia	3 ^ª e 5 ^ª	11
	Secretaria de Segurança Pública Asa Norte Auditório – Jovens da UAMA	3 ^ª e 5 ^ª	17
Oficina de DJ	Céu das Artes – Recanto das Emas	2 ^ª e 4 ^ª	15
Oficina de Música	Céu das Artes – Recanto das Emas	3 ^ª e 5 ^ª	20

Total de Alunos	344
-----------------	-----

O Projeto Picasso Não Pichava também realiza parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil para oferta de suas atividades em eventos comemorativos, para fortalecimento de vínculos comunitários e/ou para ocupação do espaço público. São ofertadas oficinas de Pintura em Tela, Serigrafia, intervenções de grafite, apresentação de roda de capoeira, exposição de telas, entre outras ações. Ao longo de 2017 mais de 3000 pessoas tiveram acesso às atividades do "Picasso Não Pichava" em eventos realizados nas regiões administrativas do DF.

Outro importante Projeto é o "Esporte à Meia Noite" que conta com 10 (dez) núcleos onde são realizadas as atividades e dispõe de 18 (dezoito) professores de Educação Física da Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas. As atividades ocorrem, em geral, no período noturno (22h às 02h) e são organizadas em esportivas coletivas (futsal, voleibol, basquetebol) e individuais (jogos de tabuleiros – dama, xadrez e tênis de mesa)

Visando a qualificação do trabalho desenvolvido, os professores passaram por duas capacitações em 2017:

- Curso "Primeiros Socorros". Ofertado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por meio do Grupamento de Atendimento Pré-hospitalar – GAEPH com o objetivo de atualizar e aprimorar os conhecimentos quanto à aplicação dos primeiros socorros e alguns cuidados a serem tomados para prestação de auxílio imediato aos participantes do projeto. Realizado entre os dias 29 e 31 de março.

- Metodologia de prevenção ao crime por meio do esporte. Parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes para capacitar em abordagem de prevenção ao crime, à violência e ao abuso e uso de drogas por meio de prática esportiva. Realizada entre os dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro.

Durante o ano, foram realizados mais de oito mil atendimentos pelo "Esporte à Meia Noite", conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Esporte à Meia Noite

NÚCLEOS	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR MÊS -2017
Ceilândia	21h às 01h, de segunda a sexta-feira.	100

Estrutural	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	120
Gama	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	150
Planaltina (Jardim Roriz)	22h às 01h, de segunda, terça, quinta e sexta-feira (exceto a quarta-feira).	60
Planaltina (Vila Buritis)	19h às 22h, de segunda a sexta-feira.	90
Samambaia	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	60
São Sebastião	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	110
Recanto das Emas	14h às 18h, as segundas, terças e quintas.	50
Média de público atendido por mês	740	
Média de atendimentos por ano	8.880	

FONTE: SUSEC/SSPDF

Destacamos também o objeto da atual proposta do Viva Brasília nas Escolas que consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSPDF e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente

escolar, valorização dos profissionais de educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.

O programa está organizado em quatro eixos:

- Diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar. Atingiu até o momento 50% das escolas públicas do Distrito Federal;
- Valorização dos Profissionais de Educação e Segurança. Em fase de elaboração da minuta de desenho curricular para workshop/curso de capacitação com os profissionais de educação e segurança. Previsão: março de 2018;
- Formação da Comunidade Escolar. Em fase de construção o planejamento para metodologia de trabalho, que inclui a proposta de formação da comunidade escolar (alunos, famílias, equipe gestora da escola, entre outros) e de Comitês de Paz com os alunos;
- Articulação de Políticas Sociais, Programas, Projetos e Ações que promovam a Cultura de Paz nas escolas: Em fase de construção do planejamento para mapeamento e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz nas Escolas.

Dos novos projetos, destaca-se o lançamento do "Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor", voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto piloto beneficiará, em seu primeiro ano, até cem mulheres.

Ainda em 2017, foram desenvolvidas ações de sensibilização de cultura de paz e formação de vínculos com os alunos da escola Zilda Arns, localizada na Região Administrativa do Itapoã, para a formação de Comitê de Paz. Também foram realizadas diversas atividades no Centro de Ensino Médio – CEM 02, em Planaltina, conforme informações na tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Viva Brasília nas Escolas

Atividade	Professor/Responsável	Localidade	Participantes
Oficina de Teatro	Teatro Comunitário do Itapoã – órgão responsável.	CEM 02	
Palestras de Direitos Humanos (Parte I)	Comissão Especial de direitos da criança, adolescentes da OAB DF. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES PROMODEF	CEM 02	40 alunos
Painel de Direitos Humanos	Subsecretaria de Igualdade Racial/SEDESTMIDH	CEM 02	

(Parte II)			
Painel sobre bullying e cultura de paz	Equipe da Subsecretaria de Segurança Cidadã /SUSEC/SSP/DF com psicóloga voluntária e Subsecretaria de Educação Básica / SUBEB/SEEDF	Escola Zilda Arns	40 alunos
Total de Participantes 2017			80 ALUNOS

FONTE: SUSEC/SSPDF

Para 2018 a SSPDF pretende manter os atuais projetos em atividade e regulamentar a atividade voluntária na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A captação de voluntários justifica-se pela necessidade de ampliação e qualificação dos projetos desenvolvidos pela SUSEC, bem como pelo incentivo a participação cidadã em projetos do estado. A presente minuta de Portaria autoriza e regulamenta o serviço voluntário social e profissional, não remunerado, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, adotando como princípios fundamentais. Os voluntários se inscreverão nos projetos de prevenção às violências da SSP, por meio do Portal do Voluntariado, parte do Programa Brasília Cidadã do GDF.

2018

Meta atingida. Em funcionamento desde o ano de 1999 por meio do Decreto nº 20.610 de 20 de setembro de 1999, o Esporte à Meia Noite oferece a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal, atividades esportivas coletivas e individuais. Atualmente, o Projeto contempla 08 (oito) Regiões Administrativas do Distrito Federal e dispõe de 09 (nove) núcleos fixos e as atividades ocorrem de segunda- feira à sexta-feira, no período noturno, de 22h às 02h. O Programa atende, ainda, jovens que cumprem medidas socioeducativas em 04 (quatro) Unidades de Meio Aberto – UAMAS, no período vespertino, uma vez por semana.

Por iniciativa do Poder Legislativo, foi publicada a Lei nº 6.111, de 02 de fevereiro de 2018, instituindo o projeto Esporte à Meia Noite com o objetivo de beneficiar jovens com práticas de atividades físicas, intelectuais e culturais, nas áreas do desporto de participação, de inclusão social, de lazer e de rendimento, abrangendo todas as modalidades desportivas, ou seja, o texto da nova Lei não contempla as atribuições fins da Secretaria de Segurança Pública, no caso em questão a prevenção à criminalidade.

Ademais, a legislação em comento, art. 3º, atribui à Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer a coordenação-geral das atividades do projeto com o apoio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e da Secretaria de Estado de Educação. A publicação da Lei concorreu com a retomada das atividades do Projeto em 2018, previstas para início no dia 05 de fevereiro, conforme Calendário Escolar da Secretaria de Educação, causando impacto na sua gestão ordinária, no que tange à lotação dos professores aprovados em processo seletivo realizado em dezembro de 2017, a definição da data de início das atividades nos territórios atendidos, a responsabilidade pelo ateste nas folhas de ponto dos professores, dentre outros.

Com intuito de resguardar a continuidade das ações do projeto, bem como adotar as providências necessárias para cumprimento da normativa em tela, foi instituído uma Comissão de Transição do Projeto Esporte à Meia Noite, por meio de Portaria Conjunta nº 12, de 08 de maio de 2018, composta por 02 (dois) membros da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer – SETUL/DF, por 02 (dois) membros da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF e 02 (dois) membros da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Desde então encontra-se em curso o processo de transferência da coordenação dos trabalhos da SSP à SETUL com atenção para a continuidade dos benefícios aos usuários.

Em 2018 o Programa Esporte a Meia Noite realizou 21. 948 atendimentos noturnos, 90 Atendimentos diurnos e contou ainda com 6.760 participantes em eventos externos.

O Programa Picasso não Pichava realizou oficinas educativas, artísticas e culturais voltadas às crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social e criminal. O atendimento ao público ocorreu conforme a abertura de turmas específicas para cada área.

No 1º Semestre de 2018 foram ofertadas 08 (oito) modalidades de oficinas nas áreas de Serigrafia, DJ, Audiovisual, Cinema, Pintura em Tela, Rimas, Grafite e Capoeira, nas Regiões Administrativa de Ceilândia, Brasília (Asa Sul), Estrutural, Gama, Itapoá, Paranoá, Planaltina, Recantos das Emas e Samambaia, conforme quadro 16 abaixo 253 alunos concluíram as atividades.

Já no 2º Semestre de 2018, foram ofertadas 06 (seis) modalidades de oficinas, quais sejam: Audiovisual, Cinema, Grafite, Rimas e Poesias, Pintura em Tela e Serigrafia nas Regiões Administrativas de Brasília (Asa Sul), Ceilândia, Gama, Estrutural, Planaltina, Recanto das Emas e Samambaia, com a conclusão de 275 alunos.

Resumo Anual da Execução do Picasso Não Pichava

Descrição	1º semestre	2º semestre	Total
Turmas	20	20	40

Alunos Inscritos (vagas)	308	331	639
Alunos Certificados/atendidos	253	275	528

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções.

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1602	Redução da vulnerabilidade (social e criminal) (VSC) - jovens (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	71,5	31/dez/12	ANUAL	61,5	-	51,5	-	41,5	-	26,5	MS/SVS/DA SIS, SNJ/PR, UNESCO, SGI/SSP, SECRIA e Redes Sociais de Apoio / UO 24101 / OE 5
1603	Redução da vulnerabilidade (social e criminal) (VSC) – reincidência de egressos (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	85	31/dez/10	ANUAL	75	-	65	-	55	-	40	SEJUS, MPDFT, TJDF, DPDF, MJ E OUTROS / UO 24101 / OE 5

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1763	Taxa de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica prevista na Lei Maria da Penha (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	879,1	31/dez/2016	ANUAL	-	-	-	-	861,5	-	844,3	SUBSECTARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO/ SSP/ OE 5
1764	Índice de Vulnerabilidade Social Geral (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	5,61	31/out/2017	ANUAL	-	-	-	-	6,20	-	5,93	SUBSECTARIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO/ SSP/ OE 5
1765	Índice de Vulnerabilidade Social Feminino (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	7,09	30/out/2017	ANUAL	-	-	-	-	6,57	-	6,33	SUBSECTARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO/ SSP/ OE 5
1766	Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	6,24	30/out/2017	ANUAL	-	-	-	-	6,41	-	6,18	SUBSECTARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO/ SSP/ OE 5

Justificativas

Indicador 1602

2016

Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) Jovens: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

2017

Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) Jovens: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1603

2016

Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social

2017

Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016 - 2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

Orientações constam no item 5.1.4 das Instruções (limitado a 10 linhas por ação não orçamentária)

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	1	Criação do Conselho Distrital de Segurança Pública do DF; (SSP)	24101	100	100	<p>2016 Publicação do DECRETO Nº 37.554, DE 17 DE AGOSTO DE 2016. Altera o Decreto nº 36.909, de 25 de novembro de 2015, que cria o Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP e Publicação da PORTARIA Nº 101, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016. Torna pública a composição do Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP para o biênio 2016-2018.</p> <p>2017 A implementação da ação aconteceu no ano de 2016.</p> <p>2018 A implementação da ação aconteceu no ano de 2016.</p>
6217	5	2	Revisão do Portfolio de Projetos Temáticos para a Cultura de Paz; (SSP)	24101	100	100	<p>2016 A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p>

							2017 A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos. 2018 A Carteira de Projetos Temáticos é anualmente atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.
6217	5	3	Funcionamento da Câmara Técnica de Combate à Violência contra a Mulher; (SSP)	24101	*	100	2016 Ação não orçamentária não implementada. 2017 Ação orçamentária não implementada. 2018 Ação implementada. A SSPDF criou a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF por meio da Portaria Nº 176, de 13 de setembro de 2018 (DODF Nº 179, de 19 de setembro de 2018).
6217	5	4	Funcionamento da Câmara Técnica de Atenção a Pessoas em Situação de Rua; (SSP)	24101	*	100	2016 Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016. 2017 Ação implementada em 2016. 2018 Ação implementada no ano de 2016.

*Não foi possível mensurar a meta.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

2016/2017

SSP

Objetivo Específico “Cultura de Paz”: *enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater ao racismo, sexism, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. “Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas”,* caracteriza-se por expressar os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública de segurança e paz social. Também evidencia que a realidadeposta é de violência de gênero, violência racial e violência contra segmentos sociais historicamente discriminados na sociedade. O foco na prevenção e na aproximação com esses segmentos historicamente discriminados e mais fortemente atingidos pela violência produzirá um efeito de cultura de paz em toda a sociedade. Em outras palavras, o escopo do objetivo cultura de paz é prevenir a violência com foco nos grupos mais fortemente atingidos por ela.

Todas as ações são voltadas para disseminar valores da tolerância e coexistência humana sem preconceitos no âmbito no Sistema de Segurança Pública e Paz Social e, assim, na sociedade do Distrito Federal. Para tanto, propõe-se qualificar e estreitar as relações institucionais entre agentes do Sistema de Segurança Pública e Paz Social e as comunidades historicamente discriminadas.

Dessa forma, as políticas públicas preventivas, além de contribuírem substancialmente para o atingimento dos objetivos do programa, são os canais efetivos e recomendados para sustentar a pacificação social conquistada pela atuação conjunta e integrada dos órgãos de segurança pública.

Em síntese, o Programa Cultura de Paz define estratégias para a redução das vulnerabilidades sociais que afetam as comunidades mais violentas do DF, além da efetivação de práticas que ajudem a combater a criminalidade e o ciclo da violência, e divide-se em oito Subprogramas:

1. Egressos e pessoas em conflito com a lei;
2. Segurança comunitária: cooperação social e prevenção às violências;
3. Pessoas em situação de rua e drogas;
4. Gênero e LGBT;
5. Criança, adolescente e idoso;
6. Paz nas escolas;
7. Pessoas com deficiência;
8. Juventude e igualdade racial.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto.

Destacam-se em 2016 as seguintes ações: I) articulação de ações nas Áreas Integrada de Segurança Pública – AISP; II) participação na ação Centro Legal (policimento ostensivo); III) criação do Núcleo de Enfrentamento ao Homicídio; desenvolvimento dos Projetos Esporte à Meia Noite, Picasso não Pichava, Oficina de Cinema e Peça de Teatro Baby; IV) assinatura do protocolo de intenções entre a SSP/DF, MPDFT e o TJDFT para implantação do Programa de Segurança Pública Preventiva para Mulheres sob Medida Protetiva de Urgência; e V) publicação do Decreto 37.462, de 05 de julho de 2016, que dispõe sobre a denominação, finalidade, estrutura, composição, atribuições dos componentes, funcionamento, forma de atuação e criação de novos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal.

Referente ao ano de 2017, são listadas as seguintes ações: I) Atividades desenvolvidas pelo Projeto Picasso não Pichava: Oficina de Capoeira, Oficina de Serigrafia, Oficina de Audiovisual/Cinema, entre outras. Público atendido: 344 (trezentos e quarenta e quatro) alunos; II) Atividades desenvolvidas pelo Projeto "Esporte a Meia Noite": Curso de Primeiros Socorros, atividades esportivas. Público atendido: 8.880 (oito mil, oitocentos e oitenta) alunos; III) Atividades desenvolvidas pelo Programa Viva Brasília nas Escolas: Palestras de Direitos Humanos, Bullying e Cultura de Paz. Público atendido: 80 (oitenta) alunos; IV) Criação da Diretoria de Segurança Comunitária; V) Realização do Seminário Internacional de Polícia Comunitária; VI) Lançamento do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor; e VII) Fortalecimento da articulação territorial por meio da realização de mais de 300 reuniões junto aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs.

2018

O Objetivo Específico “Cultura de Paz”: enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater ao racismo, sexism, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. “Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas”, caracteriza-se por expressar os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública de segurança e paz social. Também evidencia que a realidade posta é de violência de gênero, violência racial e violência contra segmentos sociais historicamente discriminados na sociedade. O foco na prevenção e na aproximação com esses segmentos historicamente discriminados e mais fortemente atingidos pela violência produzirá um efeito de cultura de paz em toda a sociedade. Em outras palavras, o escopo do objetivo cultura de paz é prevenir a violência com foco nos grupos mais fortemente atingidos por ela.

Todas as ações são voltadas para disseminar valores da tolerância e coexistência humana sem preconceitos no âmbito no Sistema de Segurança Pública e Paz Social e, assim, na sociedade do Distrito Federal. Para tanto, propõe-se qualificar e estreitar as relações institucionais entre agentes do Sistema de Segurança Pública e Paz Social e as comunidades historicamente discriminadas.

Referente ao ano de 2018, são listadas as seguintes ações:

- I) Atividades desenvolvidas pelo Projeto Picasso não Pichava: oficinas nas áreas de Serigrafia, DJ, Audiovisual, Cinema, Pintura em Tela, Rimas e Pesias, Grafite e Capoeira, nas Regiões Administrativa de Ceilândia, Brasília (Asa Sul), Estrutural, Gama, Itapoá, Paranoá, Planaltina, Recantos das Emas e Samambaia: 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos;
- II) Atividades desenvolvidas pelo Projeto "Esporte a Meia Noite": atividades esportivas. Público atendido: 22.038 (vinte e dois mil e trinta e oito) alunos;
- III) Atividades desenvolvidas pelo Programa Viva Brasília nas Escolas: atividades de direitos humanos e segurança cidadã. Público atendido: 160 (cento e sessenta) alunos;
- IV) Realização do Curso Segurança Comunitária;
- V) Atividades Realizadas pelo Teatro Pátria Amada (Teatro Comunitário). Público atendido em Oficinas e apresentações da Peça Baby: 630 (seiscentos e trinta) pessoas.)
- VI) Consolidação do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor;
- VII) Fortalecimento da articulação territorial por meio da realização de mais de 157 reuniões junto aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs; e
- VIII) Criação da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6217	6	1	Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		
6217	6	2	Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		
6217	6	3	Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		
6217	6	4	Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		
6217	6	5	Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		
6217	6	6	Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	100	X	X	
6217	6	7	Criar e implementar plano de qualificação dos profissionais da segurança pública (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/A)
6217	6	11	Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	7.030	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	4.607	12.480	100		

*Não foi possível mensurar a meta.

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

1. Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)

2016

Estruturar e implantar o escritório de projetos da Segurança Pública: Autuado o Processo que trata da Contratação de prestação de serviços técnicos de apoio à elaboração e/ou revisão do Planejamento Estratégico da SSP/DF, estruturação e implantação do Escritório de Projetos, com adoção de metodologia integrada de planejamento estratégico, de projetos e de processos, com operação assistida à execução do Plano Estratégico da SSP/DF, bem como elaboração e revisão de normas e políticas inerentes às atividades da AGEPRO/SSP.

Elaboração do Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019 (Concluído): Caderno Executivo finalizado, aguardando aprovação e validação pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo. Aguardando também o *layout* pela Assessoria de Comunicação Social, para após a aprovação, realizar as impressões.

Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF): Cooperação tem por finalidade a conjugação de esforços entre os participes, visando ao estabelecimento e à implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos territórios do Distrito Federal, Estado de Goiás, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, Estado de Rondônia, Estado de Tocantins, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais e Estado do Maranhão por meio da criação de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, a integração do serviço de inteligência dos organismos de segurança pública, ações integradas entre as instituições de segurança pública e/ou Defesa Social, reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e obtenção de resultados, ações de prevenção de violências e ações de repressão qualificada da criminalidade, do encaminhamento de proposições legislativas e a construção de um Acordo de Cooperação Interestadual de Segurança Pública e/ou Defesa Social Integrada.

2017

Meta atingida. A SSP elaborou o Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019: Caderno Executivo finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.

Elaborou e implantou a Matriz de Priorização de Projetos, ferramenta que permite ao Gestor uma tomada de decisão baseada em critérios técnicos (determinação legal, impacto nas metas estratégicas, complexidade, custos, riscos, tempo de geração de resultados, entre outros) para escolha dos projetos a serem executados, considerando o orçamento disponível.

2018

Meta atingida. Em 2018 as ações e os canais de atendimento à ocorrências foram reestruturadas, sendo a Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE incorporada ao o Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB, criado pelo Decreto nº 39.227, de 10/07/2018, publicado no DODF nº 130, de 11/07/2019, que passou a atuar a partir do conceito multiagência, pois configura-se num centro destinado a promover a gestão integrada das operações para além da segurança, incorporando a mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal, dotado de equipes de alto desempenho, sistemas tecnológicos e ferramentas de inteligência destinados a prover ampla consciência situacional e em tempo real dos eventos de interesse a serem ali coordenados. O CIOB é um ambiente destinado a promover a coordenação e integração das instituições, órgãos e agências – IOAs que o compõem, baseado na cooperação e complementaridade, auxiliando-as no cumprimento de suas atribuições legais.

O CIOB é composto por 25 instituições, órgãos e agências – IOAs: SSP – Secretaria de Segurança – SESIPE (CIME); SES – Secretaria de Saúde; SEFAZ – Secretaria de Fazenda; SEGETH – Secretaria de Habitação; SINESP – Secretaria de Infraestrutura; SEMOB – Secretaria de Mobilidade; SECID – Secretaria das Cidades; SECOM – Secretaria de Comunicação; PMDF; PCDF; CBMDF; DETRAN; DER; AGEFIS; NOVACAP; CEB; CAESB; METRÔ; DFTRANS; SLU; IBRAM; SAMU; SECRIA – Secretaria da Criança; SSPDF – Subsecretaria de Inteligência; SSPDF – Defesa Civil. Das 25 IOA's, apenas 04 não tem prazo para compor o CIOB: SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal; SINESP – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal; DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal e a CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

Sua finalidade é promover a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal, sendo regido pela Concepção Operacional do Sistema (CONOPS), que define o conceito operacional do sistema que orienta as atividades que serão desenvolvidas pelas instituições, órgãos e agências (IOA's); e pelo Conceito de Uso (CONUSO), que consiste na definição estrutural das condições de funcionamento.

De acordo com o CONUSO, a participação das instituições no CIOB se dá da seguinte maneira: 1. Com 24/7 de permanência - CBMDF, CEB, DER, DETRAN, PCDF, PMDF, SAMU, SEMOB e SI/SSP-DF; 2. Com permanência de 08h às 18h (segunda à sexta-feira) - AGEFIS, ASCOM/SSP-DF, CAESB, CASA CIVIL, CASA MILITAR, DEFESA CIVIL, IBRAM, METRÔ, NOVACAP, SECRETARIA DAS CIDADES, SECRETARIA DA CRIANÇA, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA DE FAZENDA E SLU.

2. Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)

2016

Portaria nº 16, de 23/05/2016: Regulamenta o art. 5º do Decreto nº 36.620/2015, que dispõe da criação do Comitê Gestor de Dados e Informações sobre Segurança Pública, composto por um representante titular e um suplente indicado pelos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública do DF e do DETRAN.

2017

Meta atingida. Uma importante ferramenta utilizada pela SSPDF é a plataforma de gestão de ocorrências criminais e de desordens Gis Gestão – SIGEO, que tem subsidiado o planejamento de operações e auxiliado os gestores no acompanhamento dos resultados de suas intervenções. A plataforma SIGEO já faz parte da rotina de trabalho de mais de 430 servidores do GDF, dos seguimentos das Forças de Segurança e de outras Secretarias. Seu principal produto é a disponibilização tempestiva de informação concernente aos índices de criminalidade, desordens e sensação de insegurança.

Já o Sistema de Gestão de Ocorrência (SGO) será a ferramenta de gestão utilizada pela CIADE para o acompanhamento das ocorrências e de seus desdobramentos, bem como para aferição da qualidade do atendimento". O Sistema SGO 3.0, registra as solicitações de atendimento nos números 190, 193 e 199.

Ao longo de 2017, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi concluída em junho de 2017 totalizando 19.922 entrevistas;
- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF: a Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho foi concluída entrevistando 348 servidores da SESIPE e 163 servidores da SSPDF;
- Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial: a Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial segue em suas etapas de forma contínua, desenvolvendo seus produtos a cada trimestre;
- Pesquisa de Violência nas Escolas: a Pesquisa de Violência nas Escolas concluiu a coleta de dados entrevistando ao todo 362 escolas do DF.

Em dezembro de 2017 a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social (SSP/DF) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) assinaram os Termos de Outorga e Aceitação (TOAs) dos projetos de pesquisas considerados prioritários pelas forças de segurança do Distrito Federal.

Ao todo, 10 pesquisas foram selecionadas, nas quais serão investidos cerca de R\$ 750 mil para realização dos projetos que deverão ser desenvolvidos em até um ano, a partir de 2018. Os temas, como locais com maior incidência de acidentes de trânsito, diagnóstico e estratégias sobre acidentes domésticos, juventude e Segurança Pública e projeto de remição de pena pela leitura, foram sugeridos pelas forças de segurança. Os resultados das pesquisas vão subsidiar ações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN).

2018

Meta atingida. Ao longo de 2018, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi realizada de maneira periódica, combinando a forma presencial (2015, 2017 e 2018) e por meio de telefone (2016 e 2017). Em cada pesquisa amostral, foram aplicados cerca de 20 mil questionários constituindo uma amostra representativa da população com idade acima de 16 anos por Região Administrativa.

- Pesquisa de Vitimização Rural: a Pesquisa é resultado de uma parceria com a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e CNA (Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária). O trabalho de campo iniciou em outubro/2018 e a expectativa é que tenhamos os dados coletados e analisados em nível nacional até março de 2019
- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública: esta pesquisa é realizada em parceria com as forças de segurança pública, utilizando formulários eletrônicos que são aplicados pelas próprias forças, a ser preenchido pelos profissionais pela internet por adesão voluntária;
- Sistema de Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial das Forças de Segurança: o Sistema de Avaliação da Qualidade do Atendimento das Forças de Segurança funciona, realizada desde 2016, tem o objetivo averiguar a opinião dos atendidos pelos órgãos de segurança pública (PM, PC, CBM e DETRAN) quanto à qualidade do atendimento recebido e identificar os fatores intervenientes nesta opinião.
Atualmente, existem dois módulos do sistema em operação dedicados aos (1) Atendimentos Emergenciais trazidos ao conhecimento da PM (190) e CBM (193) e (2) Vistorias realizadas pelo CBM. Além disto, há previsão de iniciar um módulo de avaliação dedicado ao atendimento da Polícia Civil no registro das ocorrências presencialmente nas delegacias.
- Sistema de Monitoramento da Violência nas Escolas: este sistema engloba 3 iniciativas distintas com o objetivo de diagnosticar a situação da violência e criminalidade nas instituições de ensino: (1) diagnóstico das ocorrências registradas na polícia pelas instituições de ensino, (2) diagnóstico da situação das escolas (ensino médio e fundamental) respondido pelo diretor das escolas semestralmente e (3) diagnóstico da situação das instituições de ensino superior respondido pela comunidade acadêmica

3. Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)

2016

O grande diferencial do “Viva Brasília” corresponde à metodologia de gestão compartilhada que utiliza para coordenar e articular as ações intragovernamentais e intergovernamentais entre: o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, áreas intersetoriais do governo, com destaque para as Secretarias de Estado voltadas para políticas sociais, sociedade civil e movimentos sociais do Distrito Federal. Tal gestão compartilhada parte da elaboração de diagnósticos específicos sobre a situação de criminalidade de cada Região Administrativa do DF e busca o alcance de indicadores e metas de desempenho pactuadas, além da realização de reuniões sistemáticas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública.

Nesse sentido, o Programa Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida desenvolve um modelo de gestão em segurança pública amparado na perspectiva de que a situação de vulnerabilidade a violências, desordens, incivilidades e crimes requer do Estado a consolidação de estratégias de intervenção articuladas entre o setor policial e outros diferentes setores. É inspirado em modelos, estratégicas e procedimentos de gestão por resultados implementados e testados em territórios que promoveram uma redução acentuada em suas taxas de violência e criminalidade, tais como: Nova York, Bogotá, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. Desse modo, a metodologia se vale da elaboração de indicadores e metas de desempenho, além da realização de reuniões

periódicas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública de forma pactuada entre os órgãos de segurança pública, demais áreas do governo e a sociedade civil do DF.

No ano de 2016, o processo de articulação e coordenação do “Viva Brasília” baseou-se na realização de reuniões periódicas, contemplando diferentes níveis de tomada de decisão, para: analisar problemas de segurança pública, buscar soluções e avaliar resultados. A preparação das reuniões ocorreu a partir de um levantamento abrangente sobre os problemas de segurança pública que mais afetam a população.

As fontes de informação utilizadas para a definição dos assuntos a serem discutidos nas reuniões do Viva Brasília foram oriundas das estatísticas, análises criminais e pesquisas de vitimização produzidas pela Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI/SSP-DF). Também foram fontes de informações as demandas da população apresentadas das reuniões dos 37 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG) e nos eventos Rodas de Conversa e Voz Ativa, que promoveram o diálogo direto do Governador com a comunidade local.

2017

Meta atingida. No ano de 2017 foi elaborada a Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal-SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal-CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF no âmbito do Pacto pela Vida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram retomadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal.

2018

Meta atingida. A Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal-SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal-CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF no âmbito do Pacto pela Vida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram retomadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal.

A SSPDF por meio da Unidade de Coordenação de Políticas Públicas – UCPP participa da organização das Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e com as comunidades, que têm o objetivo de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública.

4. Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)

2016

Meta não atingida.

2017

Meta atingida. A SSP não adquiriu ferramentas tecnológicas de apoio como sistemas de controle de frota. No entanto, desenvolveu ações no sentido de cumprir a Meta estabelecida. Observando o que Dispõe o Decreto DECRETO Nº 32.880, DE 20 DE ABRIL DE 2011, publicado no DODF de 25/04/2011 que trata sobre o uso, aquisição, locação e cessão de veículos oficiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências, a SSPDF tem administrado as informações de todos os veículos da sua carga, tais como: o estado, prazos para cada manutenção (preventiva e corretiva), trocas de peças e assim por diante. Tudo isso com foco em economia para evitar gastos desnecessários.

Outra medida importante foi implantação do gerenciamento de pool de veículos, o que vem trazendo mais praticidade aos servidores. Em plena operação o modelo trouxe organização, agilidade e eficiência na requisição da solicitações dos veículos que precisam (mediante agendamento), seja para serviços externos ou viagens.

2018

Meta atingida no exercício 2017. A SSP não adquiriu ferramentas tecnológicas de apoio como sistemas de controle de frota. No entanto, desenvolveu ações no sentido de cumprir a meta estabelecida. Observando o que Dispõe o Decreto Nº 32.880, de 20 de abril de 2011, publicado no DODF de 25/04/2011 que trata sobre o uso, aquisição, locação e cessão de veículos oficiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências, a SSPDF tem administrado as informações de todos os veículos da sua carga, tais como: o estado, prazos para cada manutenção (preventiva e corretiva), trocas de peças e assim por diante. Tudo isso com foco em economia para evitar gastos desnecessários.

Outra medida importante foi implantação do gerenciamento de pool de veículos, o que vem trazendo mais praticidade aos servidores. Em plena operação o modelo trouxe organização, agilidade e eficiência na requisição da solicitações dos veículos que as Subsecretarias/Unidades precisam (mediante agendamento), seja para serviços externos ou viagens.

5. Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)

2016

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social realizou o acompanhamento, fiscalização e recebimento das seguintes obras: ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP, no Complexo Penitenciário da Papuda, permitindo o acréscimo de 400 vagas, foram concluídas e entregues em 25 de dezembro de 2016; ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF, na Fazenda Colméia no Gama, permitindo o acréscimo de 400 (quatrocentas) vagas foram concluídas e entregues em 14 de setembro de 2016; construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, obra entregue em dezembro de 2016, objetivando capacitar (300) internas.

Quanto as obras de construção dos Centros de Detenção Provisória, CDP's 1, 2, 3 e 4, no Complexo da Papuda está seguindo o cronograma previsto e se encontrava na 17ª medição, realizada em 15/12/2016, com execução de 42% da obra, e o acompanhamento é realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

As aquisições abaixo discriminadas foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

Outras Aquisições

DESCRÍÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÊNIO
Impressora multifuncional	08	80.000,00	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF
Extintores Diversos	1.393	1.286.866,00	
Terminal de radiocomunicação digital	272	858.976,00	
Terminal de radiocomunicação digital tetra portátil	100	374.200,00	751904/2010-SENASA/P/MJ
Terminal de radiocomunicação	37	194.583,00	751904/2010-SENASA/P/MJ
Terminal de radiocomunicação	640	2.021.120,00	751904/2010-SENASA/P/MJ
Correlacionador Ominiespectrais de radiofrequência	2	484.666,00	775735/2012-SENASA/P/MJ
Detector de junção não linear com 2,4GHZ de frequência de transmissão	2	264.588,00	775735/2012-SENASA/P/MJ
Lancha de salvamento e combate a incêndio	03	1.424.970,00	802614/2014-SENASA/P/MJ
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER	02	534.729,00	802615/2014-SENASA/P/MJ
Móveis Diversos (Cadeiras, Mesas, Gaveteiros, Armários, Outros)	1.301	1.117.836,00	

FONTE: SUAG/SSP/DF

2017

Meta atingida. Em 2017 foram realizadas novas aquisições como discriminadas abaixo, foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRÍÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÊNIO
Colchões	15.000	1.768.500	
Cobertores	15.000	190.200	
Tornozeleiras	6.000	11.658.240	
Tablets	28	43.085	
Microcomputadores	195	818.805	
Tomógrafo computadorizado	01	800.000	SENASA/P/MJ nº 793.101/2013
Miras Holográficas e Magnificadores de Miras	56 e 15 (respectivamente)	296.648	SENASA/P/MJ nº 840.979/2016

Analisador Genético de DNA	01	400.625	SENASA/P/MJ nº 776.522/2012
Central de Monitoramento de Temperatura	01	101.000	SENASA/P/MJ nº 793.101/2013
Mesas de necropsias	04	290.000	SENASA/P/MJ nº 793.101/2013
Aparelhos de Ar Condicionado	170	471.478	
Coletes balísticos	590	1.511.193	
Câmara de Fumigação de Cianoacrilato e Câmaras Triplas para Aceleração de Ninidrina		1.468.800	

Fonte: SUAG/SSP/DF

2018

Meta atingida. Em 2018 foram realizadas novas aquisições como discriminadas abaixo, as quais foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSPDF, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRÍÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	FONTE
Honda Motocicleta XRE 300	35	958.410,25	332
Viatura Toyota ETIOS 1.5 XS M/T Hatch	38	1.983.310,00	100
Viatura Nissan VERSA 1.6 S M/T Sedan	27	1.984.310,00	332
Viatura Nissan VERSA 1.6 S M/T Sedan	24	1.592.400,00	100

Veículos - Viatura Auto Busca e Salvamento Leve – ABSL. Mercedes-Benz Sprinter 515	7	1.947.400,00	332
Veículos - Viatura Toyota Hilux, cabine dupla 4x4, diesel standard, Pick Up	3	403.800,00	332
Viatura Jeep Renegade Sport MT 1.8 L	10	764.023,30	332
Aeronave teleguiada Veículo aéreo não tripulado tipo drone	7	958.410,25	332
Aeronave teleguiada Veículo aéreo não tripulado tipo drone	7	958.410,25	332
Gateway E1 de Telefonia Voip	2	1.983.310,00	100
Refrigerador científico vertical	2	16.000,00	100
Refrigerador para uso em laboratório	1	11.912,44	100
Capela de exaustão de gases semindustrial	1	1.984.500,00	332
Autoclave vertical	1	1.592.400,00	332

Concentrador de amostras	1	1.947.400,00	332
Colcoscópio Tipo Tela Plana	1	403.800,00	332
Correlato para câmara ambiental	3	764.023,30	332
Magnificador de mira holográfica	15	958.410,25	332
Mira holográfica	56	1.983.310,00	332
Coletes de proteção balística nível II	25	68.756,00	100
Módulo e divisória de ambientes	386 m2	326.085,70	100
Total		12.264.684,57	

6. Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública.

2017

A meta foi atingida em 2016, com a elaboração do Estudo do Dimensionamento do Efetivo.

2018

A meta foi atingida em 2016, com a elaboração do Estudo do Dimensionamento do Efetivo.

7. Criar e implementar plano de qualificação dos profissionais da segurança pública (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Em 2016 foram realizadas as seguintes ações: Diagnóstico das Condições de Trabalho dos Atendentes da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; Feira da Saúde (com aferição de pressão arterial, exame de glicemia, campanha do meio ambiente com a Defesa Civil, saúde bucal, palestras motivacionais, orientações sobre doação de órgãos, otorrinolaringologia); Iniciativas visando Institucionalizar o Programa de Prevenção do Estresse e cumprir com as atividades que constam no plano de trabalho pactuado no Convênio nº 760.179/2011 com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ

2017

Meta atingida. No ano de 2017 destacamos as seguintes ações que contribuíram para o atingimento da meta: elaboração do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional; Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal; Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher.

2018

Meta atingida com a elaboração e execução do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional para o exercício de 2018. Principais ações destacadas na próxima meta " Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período".

11. Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Ao longo do ano foram capacitados 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, presencial (844 servidores) e à distância (3.763 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais se destacam: Curso de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, Curso de Gestor de Unidades de Combate às Drogas, Curso de Investigações Cibernéticas e Crime Organizado, Curso de Análise Criminal, Curso de Sistema de Comandos e Incidentes, Curso de Investigação de Homicídios, Curso de Capacitação para Atendimento de Pessoas com Deficiência em Situação de Violência com Introdução à Libras, Workshop Lançamento do Plano Estratégico 2016-2019, Capacitação de Atendentes da CIADE e outros

2017

Em 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP, também atuou continuadamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida”, por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

A SEVAP atuou fortemente na reestruturação das ações e canais e atendimento a ocorrências, do “Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida”, com cursos voltados para os atendentes e despachantes da CIADE, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquela Central.

O Programa de Implantação do SEI na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social foi um sucesso. Hoje o sistema está funcionando plenamente. Como consequência, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão concedeu à SSPDF o Certificado: “Honra ao Mérito – Eu Virei a Chave”, pela modernização e simplificação na gestão de documentos, alcançando a marca de 100% na utilização do processo eletrônico.

A SEVAP participou de todo processo de implantação do Programa “Viva Flor”, em especial formando os multiplicadores da PMDF, PCDF e CBMDF. Ao longo do ano foram capacitados 7.873 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops presenciais (3.212 servidores) e à distância (4.661 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Curso para Atendimento e Despacho do Centro de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal (Copom);
- Workshop: Atividade de Inteligência – Técnica de Entrevista e Análise de Veracidade;
- Seminário Internacional de Polícia Comunitária;
- Curso de Comando de Incidentes (SCI) – nível básico;
- Seminário sobre o Sistema Penitenciário do Distrito Federal
- Curso de Justiça Restaurativa, Mediação e Outros Métodos Participativos em Área Penal;
- Oficina de Segurança para Profissionais da Imprensa em Áreas de Manifestações;
- Seminário Pacto pela Vida: Resultados e Perspectivas;
- Treinamento, Prevenção e Combate a Princípio de Incêndio;
- Curso de Prevenção e Investigação de Lavagem de Dinheiro;
- Curso de Formação de Multiplicadores – Atendimento de Ofendidas em Medidas Protetivas de Urgência;
- Curso de Habilitação para Pistola .40;
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Capacitação sobre a Percepção de Risco e Atuação de Emergências;
- Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal.
- Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher;
- Capacitação em Armamento e Tiro-Pistola Calibre .40;
- Capacitação em Ferramentas de Análise de Fenômenos de Segurança Pública;
- Plano de Abandono do Edifício Sede da SSPDF;
- Exercício Simulado de Abandono do Edifício Sede da SSPDF, entre outros.

Meta atingida. A SSPDF, por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP, atuou continuadamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa “Viva Brasília – Nossa Pacto pela Vida”, por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

Foram reestruturadas as ações e canais e atendimento a ocorrências, do “Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida”, com cursos voltados para operacionalização do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquele Centro.

Foi realizada a capacitação da PMDF, PCDF e CBMDF, com formação de multiplicadores, no âmbito da implantação do Programa “Viva Flor”, atividade necessária para garantir a efetividade do programa.

Houve também a capacitação de 93 servidores e dependentes em línguas estrangeiras.

Ao longo do ano foram capacitados 8.595 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops, presencial (3.400 servidores) e à distância (6.891 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Workshop: Viva Brasília nas Escolas;
- XX Reunião do Comitê Setorial de Segurança Pública Municipal da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI);
- Curso Básico para Statistical Package for Social Sciences para Pesquisadores (SPSS);
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Treinamento de Operacionalização do CIOB;
- Curso de Formação de Oficiais – Disciplina Lei Maria da Penha e Atendimento Policial;
- Palestra sobre Segurança Pública para a Associação dos Adidos Policiais de Embaixadas sediadas em Brasília, entre outros.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções.

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte da Informação
1611	Índice de aquisições para renovação tecnológica da SSP (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%			ANUAL	80	-	85	-	90		95	SMT/SSP / UO 24101 / OE 6
1612	ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%	0	30/jun/15	TRIMESTRAL	50	100	75	100	80	100	90	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6
1613	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	%	99,82	30/jun/15	SEMESTRAL	85	99,48	90	99,62	90	92,63	90	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6
1615	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	255	31/jul/15	MENSAL	255	-	255	-	255	-	255	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6

Justificativas

Indicador 1611

2016

Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos factíveis

2017

Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos.

Indicador 1612

2016

Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2016 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

2017

Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

2018

Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017/2018 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613

2016

Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

2017

Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

2018

O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615

2016

Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

2017

Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/ SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados, os quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social .

2018

A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

Orientações constam no item 5.1.4 das Instruções (limitado a 10 linhas por ação não orçamentária)

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIPÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	6	1	Formulação Planejamento Estratégico integrado entre SSP e Forças de Segurança; (SSP)	24101	100	100	<p>2016 Plano Estratégico elaborado, aguardando validação do Secretário.</p> <p>2017 Caderno Executivo do Plano Estratégico finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.</p> <p>2018</p>
6217	6	2	Implantação de Metodologia de Gestão Estratégica; (SSP)	24101	100	100	<p>2016 Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.</p> <p>2017 Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.</p> <p>2018 Metodologia implantada. A Portaria Nº 39, de 15 de março de 2018, publicada no DODF Nº 57 de 23 de março de 2018, institui o Comitê de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF.</p>
6217	6	3	Aprimoramento da Metodologia de Gerenciamento de Projetos; (SSP)	24101	100	100	<p>2016 Ação não orçamentária parcialmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma.</p> <p>2017 Ação não orçamentária totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIPÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							<p>detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF.</p> <p>2018</p> <p>Ação não orçamentária totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF.</p>
6217	6	4	Divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria; (SSP)	24101	100	*	<p>2016</p> <p>Não houve nenhuma atividade de divulgação específica desta Pasta. Divulgação realizada apenas pela Ouvidoria Geral do GDF.</p> <p>2017</p> <p>A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizada pela Ouvidoria Geral do GDF e também por meio do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.</p> <p>2018</p> <p>A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizada pela Ouvidoria Geral do GDF e também por meio do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.</p>
6217	6	5	Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	0	100	<p>2016</p> <p>Ação orçamentária não implementada.</p> <p>2017</p> <p>Ação orçamentária não implementada.</p> <p>2018</p> <p>Ação implementada com a criação do o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da SSPDF.</p>
6217	6	6	Gestão junto à Governança-DF para retomada de projetos paralisados; (SSP) (Item excluído, conforme	24101	100	*	2016

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2017 (%)	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)				<p>A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta.</p> <p>2017</p> <p>A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta.</p> <p>2018</p> <p>Ação excluída, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019.</p>

*Não foi possível mensurar

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

2016/2017

SSP

O Objetivo Específico “Governança, Gestão e Pessoas: desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade”, caracteriza-se por fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, que proporcione a melhoria concreta das corporações e instituições de segurança pública, assim como das organizações e dos métodos praticados, da informação gerencial e da capacitação de pessoas, assumindo os contornos estratégicos pretendidos.

A atual proposta de gestão e governança da segurança pública do Distrito Federal, passa pelo surgimento de um novo profissional da área, identificado por uma gestão de pessoas eficientes, embasada na capacitação de competências. Dessa forma, como características principais da nova gestão da segurança pública, merecem destaque: busca pela revitalização da função da segurança pública e profissionalização dos servidores inerentes, bem como pela competência institucional, enfatizando a redução da criminalidade violenta e a proteção social; foco em resultados, mediante avaliação permanente; direcionamento dos serviços de segurança pública para o cidadão-usuário; simplificação de procedimentos, transparência e garantia de acesso às informações públicas; implantação de arranjos institucionais que visam à representação dos interesses coletivos, fortalecendo o controle social e enfatizando a gestão da informação. É pertinente elencar as diretrizes básicas que norteiam a governança do programa o Programa Segurança com Cidadania: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Institucional.

No que tange aos mecanismos de gestão aplicados, convém acentuar que os mesmos são responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema de Segurança Pública, através das melhores práticas de gestão, objetivando sempre o aperfeiçoamento da integração dos órgãos vinculados à segurança pública, conquistando a sinergia entre recurso, ação e resultado.

Evidencia-se, portanto, que a governança e a gestão das políticas públicas de segurança orientam-se para a sociedade, deslocando o foco exclusivo e tradicional da atividade repressiva para o alcance de objetivos sociais mais amplos. Com isso, surge o imperativo de fortalecer e trazer efetivamente a sociedade para o centro do processo de decisão política do planejamento da segurança pública, promovendo a gestão assentada no interesse público.

Releva notar, que nesse processo, os agentes de segurança pública estão em posição de protagonismo central, pois são os responsáveis por levar a efeito os atos de governança, para o que se requisita a formação e a mobilização de competências específicas e direcionadas de conteúdo técnico e político.

Nesse contexto, a área de gestão de pessoas, notadamente a de desenvolvimento e valorização dos profissionais de segurança pública, assume posição destacada. Ao serem orientados e capacitados para agirem em seu próprio nome, no bojo do cenário social imposto e junto às instituições vinculadas, com a colaboração maciça das respectivas academias de ensino, os servidores públicos da segurança exercem a cidadania e propiciam o engajamento transversal no alcance e manutenção da paz social.

Com a qualificação adequada e direcionada dos profissionais de segurança pública, reforçam-se os mecanismos de envolvimento institucional e social na formulação, na execução, na correção da trajetória e do aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança, norteando a direção da busca pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

Diante de tais considerações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a conclusão e implementação do Planejamento Estratégico e alinhamento deste com o PPA da Secretaria; II) Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF); III) implantação do Sistema de Gestão da Informação em Segurança Pública – SIGEO; conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); IV) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, V) aquisição de diversos equipamentos; VI) conclusão do Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública; VII) realização da Pesquisa de Vitimização; e VIII) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Para o ano de 2017, destacam-se as seguintes ações: I) a elaboração e implantação da Matriz de Priorização de Projetos; II) Realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização), Pesquisa Distrital de Segurança Pública, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial e Pesquisa de Violência nas Escolas; III) elaboração da Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV; IV) Realização de melhorias, adequações, reparos e manutenção no Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária - CPP, no Bloco I do Centro de Detenção Provisória - CDP, na Área de Tratamento Psiquiátrico - ATP da Penitenciária Feminina do Distrito federal - PFDF; e V) capacitação de 7.873 (sete mil, oitocentos e setenta e três) servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Destaca-se que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal.

2018

O Objetivo Específico “Governança, Gestão e Pessoas: desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade”, caracteriza-se por fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, que proporcione a melhoria concreta das corporações e instituições de segurança pública, assim como das organizações e dos métodos praticados, da informação gerencial e da capacitação de pessoas, assumindo os contornos estratégicos pretendidos.

A atual proposta de gestão e governança da segurança pública do Distrito Federal, passa pelo surgimento de um novo profissional da área, identificado por uma gestão de pessoas eficientes, embasada na capacitação de competências. Dessa forma, como características principais da nova gestão da segurança pública, merecem destaque: busca pela revitalização da função da segurança pública e profissionalização dos servidores inerentes, bem como pela competência institucional, enfatizando a redução da criminalidade violenta e a proteção social; foco em resultados, mediante avaliação permanente; direcionamento dos serviços de segurança pública para o cidadão-usuário; simplificação de procedimentos, transparência e garantia de acesso às informações públicas; implantação de arranjos institucionais que visam à representação dos interesses coletivos, fortalecendo o controle social e enfatizando a gestão da informação. É pertinente elencar as diretrizes básicas que norteiam a governança do programa o Programa Segurança Pública com Cidadania: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Institucional.

No que tange aos mecanismos de gestão aplicados, convém acentuar que os mesmos são responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema de Segurança Pública, através das melhores práticas de gestão, objetivando sempre o aperfeiçoamento da integração dos órgãos vinculados à segurança pública, conquistando a sinergia entre recurso, ação e resultado.

Evidencia-se, portanto, que a governança e a gestão das políticas públicas de segurança orientam-se para a sociedade, deslocando o foco exclusivo e tradicional da atividade repressiva para o alcance de objetivos sociais mais amplos. Com isso, surge o imperativo de fortalecer e trazer efetivamente a sociedade para o centro do processo de decisão política do planejamento da segurança pública, promovendo a gestão assentada no interesse público.

Releva notar, que nesse processo, os agentes de segurança pública estão em posição de protagonismo central, pois são os responsáveis por levar a efeito os atos de governança, para o que se requisita a formação e a mobilização de competências específicas e direcionadas de conteúdo técnico e político.

Nesse contexto, a área de gestão de pessoas, notadamente a de desenvolvimento e valorização dos profissionais de segurança pública, assume posição destacada. Ao serem orientados e capacitados para agirem em seu próprio nome, no bojo do cenário social imposto e junto às instituições vinculadas, com a colaboração maciça das respectivas academias de ensino, os servidores públicos da segurança exercem a cidadania e propiciam o engajamento transversal no alcance e manutenção da paz social.

Com a qualificação adequada e direcionada dos profissionais de segurança pública, reforçam-se os mecanismos de envolvimento institucional e social na formulação, na execução, na correção da trajetória e do aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança, norteando a direção da busca pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

Diante de tais considerações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo e as metas traçadas para o exercício de 2018, vez que no conjunto dos crimes violentos letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte) houve uma diminuição de 12,7%, apenas os Homicídios cometidos caíram 12,5% em relação a 2017, com isso o DF atingiu a taxa de 14,1 por 100 mil habitantes. Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio, a diminuição foi de 14,6%.

Houve a inauguração do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, que tem como finalidade promover a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal

Na implementação de políticas de prevenção a violência destacamos o atendimento a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas por meio de oficinas artísticas e culturais e atividades esportivas no âmbito dos Projetos Picasso Não Pichava e Esporte à Meia Noite e a expansão do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência.

Criação da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF com as seguintes atribuições: 1) elaborar diagnósticos criminais e criminológicos específicos sobre a dinâmica dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 2) realizar e propor a realização de estudos e pesquisas; 3) propor operações integradas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal e de outras IOA's; 4) propor medidas de prevenção e repressão voltadas ao enfrentamento do homicídio e feminicídio; 5) subsidiar o Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso pacto Pela Vida com informações gerenciais; 6) aprimorar o fluxo de trabalho do Sistema de Segurança Pública para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 7) articular a cooperação interagências para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal

Destacamos que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

Identificação dos responsáveis pelas informações

Orientações constam no item 5.1.6 das instruções

O documento no texto impresso deverá **ser rubricado em todas as páginas** e assinado na última pelo titular da unidade e pelos responsáveis pela elaboração.

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: _Anderson Gustavo Torres _

Telefone: _3441-8730_ e-mail da Instituição: _anderson.torres@ssp.df.gov.br_

Matrícula: 1.689.116-3 Assinatura: _____

Responsáveis pela elaboração:

Nome: _ Ivan Martins de Siqueira_

Telefone: _ 3441-8812 _____ e-mail da Instituição: _ivan.siqueira@ssp.df.gov.br_

Agente de Planejamento Outro Servidor . Especificar: Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos_

Matrícula: _1.690.334-X_____ Assinatura: _____

Nome: _Adjalma Dias Maia_

Telefone: _3441-8811_____ e-mail da Instituição: _agepro@ssp.df.gov.br_

Agente de Planejamento Outro Servidor . Especificar:_____

Matrícula: _1.671.898-4_____ Assinatura: _____

Instruções:

Para padronização do relatório de governo, o relatório de cada unidade deverá permanecer na forma horizontal, Fonte Arial Narrow, nos tamanhos e espaçamentos definidos ao longo dessa estrutura, mantendo-se o espaçamento das margens: esquerda e superior: 2,5 e margem direita e inferior : 2,0 cm.

Estas Instruções, o Plano Plurianual com respectivos programas, contextualizações, objetivos e seus atributos estão disponíveis para consulta no site da SEPLAG <www.seplag.df.gov.br>, Planejamento e Orçamento, Planejamento Governamental, PPA, PPA 2016-2019, Avaliação do PPA.